



14 DE ABRIL DE 2015

Terça-feira

- SEBRAE PROMOVE EVENTO NACIONAL PARA ESTIMULAR EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL
- BUSCA POR CRÉDITO CRESCEU 16,7% EM MARÇO E ACUMULA 5,9% NO 1º TRIMESTRE DO ANO
- ECONOMISTAS REDUZEM PERSPECTIVA PARA INFLAÇÃO EM 2015 A 8,13%
- S&P AVALIA REBAIXAR RATING DA VALE E DE OUTRAS 7 MINERADORAS
- BRASIL TERÁ NOVA CLASSIFICAÇÃO DE FUNDOS A PARTIR DE JULHO
- BALANÇA COMERCIAL ACUMULA SUPERÁVIT DE US\$ 132 MILHÕES EM ABRIL
- PRESIDENTE DO TST DEFENDE LIMITAÇÕES PARA A TERCEIRIZAÇÃO
- FOCUS REDUZ APOSTA DE INFLAÇÃO EM 2015, MAS PREVISÃO AINDA SUPERA META
- INFRAESTRUTURA PARA GARANTIR O DESENVOLVIMENTO DE TODO O BRASIL
- TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: SEGURANÇA JURÍDICA OU PRECARIZAÇÃO?
- 46% DOS BRASILEIROS DIZEM SER FORTE IMPACTO DE ALTA DE TARIFAS E ALIMENTOS
- UBS CORTA ADR DA VALE PARA "VENDA" E VÊ PRESSÃO NEGATIVA
- FOCUS PREVÊ SELIC A 13,25% E QUEDA DE 1% DO PIB
- CUSTO DA ENERGIA SOBE 0,6% EM ABRIL PARA A INDÚSTRIA NACIONAL, DIZ FIRJAN
- GOVERNO ACEITA DISCUTIR MUDANÇA DE PRAZO NO SEGURO DESEMPREGO, DIZ MINISTRO
- EMPRESAS MODIFICAM A ESTRUTURA PARA ENFRENTAR ANO DE TURBULÊNCIA
- QUEM TEM MEDO DE IMPOSTO?

- OMC REDUZ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO COMÉRCIO PARA 2015 E 2016
- 'ISOLADO, O BRASIL PRECISA OUSAR', AFIRMA O ECONOMISTA OCTAVIO DE BARROS
- DÓLAR ESPECULA SOZINHO
- NEXXERA PREVÊ CRESCER COM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
- NTN-SNR CRESCE NO PAÍS COM NOVOS PROJETOS
- FEDERAL-MOGUL ENCERROU 1º TRIMESTRE COM ALTA DE 5%
- DANA RECEBE NOVA APROVAÇÃO PARA FINANCIAMENTO VIA BNDES
- CHERY FARÁ NOVA PROPOSTA AOS METALÚRGICOS
- MERCEDES-BENZ ESTENDE PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA EM SBC
- VEÍCULOS IMPORTADOS: VENDAS CRESCEM 20% EM MARÇO
- VEÍCULOS USADOS RETOMAM CRESCIMENTO NO 1º TRIMESTRE
- VOLKSWAGEN, MERCEDES E VOLVO DÃO FOLGAS COLETIVAS
- TERCEIRIZAR, SÓ COM VANTAGENS PARA TODOS
- RUMO À MODERNIDADE ECONÔMICA
- MINÉRIO DE FERRO DEVE CAIR PARA US\$ 37 POR TONELADA NO 2º SEMESTRE, PREVÊ CITI
- CONTRATOS FUTUROS DE MINÉRIO DE FERRO TOCAM MÍNIMA HISTÓRICA NA CHINA
- PARA SALVAR MINERADORAS A ÍNDIA PODE, TAMBÉM, CORTAR IMPOSTOS SOBRE MINÉRIO DE FERRO
- AUSTRÁLIA: IMPOSTOS NÃO DEVEM SUBIR PARA COMPENSAR QUEDA DO MINÉRIO, DIZ TESOURO
- AUMENTA O RISCO DE CORTE DE RATING
- BRASIL TEM CARGA TRIBUTÁRIA 'LEVE' PARA RICOS, DIZ ESTUDO
- IBRE-FGV VÊ ÍNDICE ACIMA DO CENTRO DA META DEFINIDA PELO BC ATÉ 2017

CÂMBIO EM 14/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,080	3,081
Euro	3,286	3,288

Fonte: BACEN

Sebrae promove evento nacional para estimular empreendedorismo individual

14/04/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

De hoje (13) até o próximo dia 18, o Sebrae promove a 7ª Semana do Empreendedor Individual. O evento, que visa a capacitar, qualificar e responder as principais dúvidas dos pequenos empresários que faturam até R\$ 60 mil e que possuam, no máximo, um empregado, ocorre em todas as capitais do país e em algumas cidades do interior.

O seminário oferece, gratuitamente, palestras, oficinas, clínicas tecnológicas, cursos de capacitação e disponibiliza respostas para as pessoas que aderiram recentemente ou pensam em aderir à modalidade de negócio.

O debate visa a estimular o profissional que trabalha na informalidade a se filiar ao Simples Nacional. Com o Simples Nacional, o profissional tem proteção social e previdenciária, mediante o pagamento de alíquotas reduzidas e mais vantajosas se comparadas às demais faixas do Simples.

Para isso, o profissional só precisa pagar contribuição equivalente a 5% do salário-mínimo e mais R\$ 1, se for microempresário do comércio, ou R\$ 5, se for microempresário do setor de serviços.

“Ao se formalizar, os empreendedores individuais passam a ter todas as vantagens previdenciárias, inclusive direito à aposentadoria. Eles também têm sua cidadania empresarial reconhecida, por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Assim, podem obter crédito como pessoa jurídica, emitir notas fiscais, ter acesso a novos mercados. A formalização é fundamental para que possam desenvolver seus negócios”, disse o presidente do Sebrae, Luiz Eduardo Barretto à **Agência Brasil**.

Há, hoje, no Brasil, cerca de 4,9 milhões de empreendedores individuais formais. Só em São Paulo, eles são mais de 1 milhão de pessoas. Números que, de acordo com Barretto, não param de crescer desde que a figura jurídica foi criada, em 2009, como forma de simplificar a formalização.

“Apesar de sabermos que este é um ano de dificuldades, nossa expectativa é de que esses números continuem crescendo e que, até o final do ano, cheguemos a algo em torno de 6 bilhões. Os pequenos negócios sofrem bem menos com os ajustes gerais da economia”, acrescentou Barretto.

Segundo ele, a modalidade de negócios representa a "inclusão produtiva de milhares de brasileiros no mercado formal". E acrescentou: "Hoje, 10% dos usuários do Bolsa Família já se tornaram empreendedores individuais".

A expectativa do Sebrae é atender, durante a 7ª Semana do Empreendedor Individual, em torno de 150 mil pessoas de todo o país. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo *site* do Sebrae, pelo telefone 0800 570 0800 ou em um dos escritórios da entidade. Em muitas localidades, as atividades gratuitas também acontecerão em tendas montadas em diferentes regiões das grandes cidades. Foi a forma encontrada para descentralizar o atendimento gratuito aos interessados.

No Distrito Federal, por exemplo, 21 tendas vão ser espalhadas por várias regiões administrativas. Segundo a gerente da unidade de atendimento individual do Sebrae, Lucimar Santos, mais de 71 oficinas serão organizadas para ajudar os microempreendedores a vender e controlar estoques.

As oficinas também darão orientação para que os empreendedores organizem recursos financeiros. As oficinas serão oferecidas nas seguintes cidades: Ceilândia, Samambaia Norte, Taguatinga, Riacho Fundo, São Sebastião, Planaltina e Brazlândia.

"Pretendemos atingir mais de 9 mil empreendedores individuais do Distrito Federal. [Os beneficiados serão] serralheiros, mecânicos, chaveiros, costureiras, entre outros profissionais que procurem o Sebrae à procura de apoio para melhorar a gestão de seus negócios, de informações sobre linhas de crédito diferenciados e como aumentar o número de clientes", disse Lucimar.

De acordo com a gerente, só no Distrito Federal, os empreendedores individuais já chegam a 90 mil pessoas. A maioria no segmento da alimentação e da prestação de serviço.

Busca por crédito cresceu 16,7% em março e acumula 5,9% no 1º trimestre do ano

14/04/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

Após dois meses em queda, a demanda do consumidor por crédito voltou a subir em março, com alta de 16,7% na comparação com fevereiro e de 14,9% em relação a março do ano passado. Com isso, a busca do consumidor por crédito acumula alta de 5,9% no primeiro trimestre de 2015.

Na avaliação dos economistas da Serasa Experian, responsável pela pesquisa, o resultado reflete um maior número de dias úteis em março deste ano, em relação a 2014. O feriado do carnaval caiu em fevereiro, enquanto em 2014 os dias de folga ocorreram em março. Foram, portanto, 22 dias úteis em março de 2015 contra 18 do mês anterior. No mesmo período do ano passado, foram 19 dias.

Ao se fazer o ajuste por dias úteis, verifica-se um recuo de 5% em março na comparação com o mês anterior e queda de 0,8% em relação a março do ano passado. Para a Serasa Experian, esses dados mostram "o momento conjuntural adverso à ampliação do endividamento dos consumidores (inflação alta, taxas de juros em ascensão e perspectivas de elevação do nível de desemprego no país)".

Considerando as faixas de renda, houve aumento da procura por crédito em todas elas em relação a fevereiro. Para quem ganha até R\$ 1 mil por mês, a alta foi 16,8%. Os consumidores com renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil mensais e os que recebem entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil, tiveram elevação de 15,6% e 15,3%, respectivamente.

Nas faixas de rendas mensais mais altas, os acréscimos foram de 14,8%, para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil por mês, e 14,7% para rendas mensais superiores a R\$ 10 mil.

Todas as regiões do país registraram elevações no indicador em relação a fevereiro. As maiores altas ocorrem no Nordeste (18%) e no Sul (17,3%). Em seguida, aparecem as regiões Sudeste (15,7%) e Norte (14,5%). O menor avanço mensal ocorreu no Centro-Oeste (13,1%).

Na comparação com o primeiro trimestre de 2014, também houve aumento da demanda em todas as regiões: 17,9% no Centro-Oeste, 12% no Norte, 6,9% no Nordeste, 4,8% no Sul e 3,2% no Sudeste.

Economistas reduzem perspectiva para inflação em 2015 a 8,13%

14/04/2015 - Fonte: Reuters

Economistas de instituições reduziram a projeção para a inflação neste ano pela primeira vez após 14 semanas, deixando inalteradas as perspectivas de aperto monetário, contração econômica e para o dólar.

A pesquisa Focus do Banco Central publicada nesta segunda-feira mostrou que a projeção para o IPCA ao final de 2015 caiu a 8,13 por cento, contra 8,20 por cento no levantamento anterior.

Apesar disso, a expectativa para os preços administrados, a principal fonte de pressão, continua sendo de alta de 13,0 por cento.

Em março, o IPCA acelerou a 1,32 por cento, maior taxa para o mês em duas décadas, devido principalmente à pressão dos preços da energia, acumulando em 12 meses avanço de 8,13 por cento. A meta do governo é de 4,5 por cento, com margem de 2 percentuais para mais ou menos.

O dólar também preocupa em relação à inflação, mas a perspectiva no Focus para o fim de 2015 foi mantida em 3,25 reais, inalterada ante a pesquisa anterior.

Para o final de 2016, os especialistas calculam o IPCA a 5,60 por cento, com alta de 5,50 por cento dos administrados, sem alterações em relação à semana anterior. A previsão para o dólar, também mantida, é de 3,30 reais.

Com o alto nível de inflação, os economistas consultados no Focus veem mais uma alta de 0,50 ponto percentual na Selic, atualmente em 12,75 por cento, na reunião do final deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom).

Eles também continuam vendo mais uma elevação, está de 0,25 ponto, na reunião de junho, com a Selic sofrendo corte em novembro para terminar o ano no patamar de 13,25 por cento.

Em relação a 2016, a mediana das projeções na pesquisa continua apontando a Selic a 11,50 por cento.

Já o Top-5 de médio prazo, com as instituições que mais acertam as projeções, vê aperto maior neste ano, mas reduziu a perspectiva para a taxa de juros a 13,50 por cento, contra 13,75 por cento anteriormente. Para 2016 a estimativa permaneceu em 12,00 por cento.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a projeção para este ano no Focus continua sendo de uma contração de 1,01 por cento. Para 2016, a perspectiva é de expansão de 1,00 por cento, contra 1,10 por cento antes.

S&P avalia rebaixar rating da Vale e de outras 7 mineradoras

14/04/2015 - Fonte: Reuters

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) afirmou nesta segunda-feira que poderá cortar em duas ou três semanas os ratings da Vale e de outras sete mineradoras, por conta da redução dos preços estimados para o minério de ferro neste e nos próximos anos.

Durante as próximas semanas, a S&P vai avaliar com mais detalhes os planos das empresas para lidar com o impacto negativo da queda dos preços do minério nos fluxos de caixa, disse a empresa em comunicado.

Dentre as outras empresas que tiveram seu rating colocado em observação negativa pela S&P estão as concorrentes de peso Tinto e BHP Billiton, que ao mesmo tempo que colaboram com o excesso de oferta, sentem os efeitos negativos da queda dos preços na receita de venda do minério.

A S&P reduziu sua expectativa de preço médio do minério de ferro de agora até o fim do ano para 45 dólares por tonelada, ante expectativa anterior de 65 dólares por tonelada.

Para 2016, a agência revisou a estimativa para 50 dólares por tonelada, ante 65 dólares na previsão anterior, e para 2017 acredita que a média seja de 55 dólares por tonelada, ante 70 dólares em sua última expectativa.

A revisão foi motivada, segundo a S&P, pela permanência da forte expansão da oferta de minério no mercado internacional, o ritmo menor que o esperado da saída dos produtores de alto custo e o crescimento mais lento da economia chinesa.

"Em nossa opinião, o grave desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado de minério de ferro deve continuar nos próximos dois anos", afirmou a S&P, em comunicado.

A agência destacou ainda que os menores preços operacionais, devido à queda do barril do petróleo, e a valorização do dólar prolongam a presença de produtores marginais e, com isso, o excesso de oferta no mercado e a fraqueza dos preços.

Para a S&P, os preços menores da matéria-prima do aço podem não apenas enfraquecer o fluxo de caixa operacional e a alavancagem financeira de algumas mineradoras, como também afetar a capacidade de resistência dessas empresas.

As outras empresas que tiveram seus ratings colocados em observação negativa foram Anglo American, CAP, Exxaro Resources, Fortescue Metals Group, and Eurasian Resources Group (ERG).

A S&P classifica a Vale com o rating "BBB+", três degraus acima do chamado grau especulativo. Ou seja, mesmo que seja rebaixada em duas notas, a Vale continuará mantendo seu grau de investimento.

Brasil terá nova classificação de fundos a partir de julho

14/04/2015 - Fonte: Reuters

A indústria brasileira de fundos de investimento terá novo modelo de classificação a partir de julho, anunciou nesta segunda-feira a entidade que representa e autorregula as instituições financeiras, Anbima.

Segundo executivos da instituição, o novo padrão se alinha a conceitos regulatórios mais recentes definidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a práticas internacionais, ao mesmo tempo em que tenta simplificar a classificação para o investidor.

O modelo, que entra em vigor em 1o de julho, classifica os fundos em três etapas. A primeira diz respeito à classe de ativos (renda fixa, ações, multimercados, cambial). A segunda, consequência da primeira, refere-se ao tipo de gestão.

Neste caso, o investidor terá que decidir se quer produtos atrelados a índices, os prazos e se quer ter ativos estrangeiros. O terceiro nível, que subclassifica o segundo, está ligado à estratégia do gestor.

Num exemplo prático, um investidor que tenha optado por um fundo de ações e, em seguida, escolhido uma carteira indexada ao Ibovespa, poderá por último definir se quer foco em dividendos, small caps, etc.

Os gestores terão até o final do ano para se adaptarem à nova classificação, disse o vice-presidente da Anbima Carlos Ambrósio.

Balança comercial acumula superávit de US\$ 132 milhões em abril

14/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

A balança comercial – exportações menos importações – acumulou superávit de US\$ 132 milhões nas duas primeiras semanas de abril, desempenho melhor do que o registrado no mesmo período de 2014, quando houve déficit de US\$ 13,1 milhões.

Na primeira semana do mês, o país exportou US\$ 271 milhões a mais do que importou. Na segunda semana, porém, o Brasil comprou do exterior US\$ 139 milhões a mais do que vendeu.

Os números foram divulgados há pouco pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2015, o país acumula déficit de US\$ 5,425 bilhões na balança comercial.

O rombo é 10% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando o indicador registrava resultado negativo de US\$ 6,027 bilhões até a segunda semana de abril.

No acumulado do ano, as exportações estão caindo mais que as importações. Até a segunda semana de abril, o país vendeu US\$ 47,828 bilhões, queda de 15,3% pela média diária em relação ao mesmo período do ano passado. As importações somaram US\$ 53,253 bilhões, retração de 14,5% também pela média diária.

Em abril, todas as categorias de produtos registraram queda nas exportações. As vendas de produtos básicos caíram 29,5% em relação às duas primeiras semanas de abril de 2014, motivada pelo recuo nas vendas de soja em grão, minério de ferro e farelo de soja.

As exportações de bens semimanufaturados caíram 27,5%, por causa da queda nas vendas de açúcar bruto, ouro em forma semimanufaturada, couros e peles. As vendas de produtos manufaturados caíram 22,8%, com destaque para as reduções nos embarques de açúcar refinado, automóveis e autopeças.

Em relação às importações, as principais quedas nas duas primeiras semanas de abril ocorreram nas compras de combustíveis e lubrificantes (-51,9%), adubos e fertilizantes (-48,9%), químicos orgânicos/inorgânicos (-27,9%).

Presidente do TST defende limitações para a terceirização

14/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio José de Barros Levenhagen, disse hoje (13) que é contrário à proposta que trata de novas regras de terceirização, matéria apreciada pela Câmara dos Deputados. Ele participou nesta segunda-feira de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado sobre o Projeto de Lei 4.330/2004 que trata do assunto.

Ao ressaltar que não estava falando como presidente do TST, mas como cidadão, o magistrado defendeu que o Congresso estabeleça tetos para a terceirização, como o de 30% dos prestadores de serviços de uma empresa possam ser terceirizados. Para evitar grandes distorções salariais, o magistrado sugeriu que os vencimentos dos terceirizados não possam ser inferiores a 80% do salário dos empregados concursados.

Sob protestos de trabalhadores filiados a várias centrais sindicais, na semana passada, o texto-base da proposta foi aprovado pela Câmara dos Deputados, que antes de enviá-lo ao Senado, precisa votar os pontos mais polêmicos da proposta – os destaques.

Se aprovado, o projeto pode ampliar a terceirização para todos os setores, inclusive nas vagas relacionadas à atividade-fim das empresas contratantes. Atualmente, a terceirização só é permitida para as atividades-meio, como limpeza e segurança, por exemplo.

Focus reduz aposta de inflação em 2015, mas previsão ainda supera meta

14/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Depois de 14 semanas consecutivas de projeções em alta, os analistas ouvidos para o boletim Focus reduziram a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano: de 8,20% para 8,13%.

Há um mês, essa expectativa estava em 7,93%. O próprio Banco Central, responsável pela divulgação do Focus, espera uma inflação de 7,9% este ano.

No Top 5 de médio prazo, que é o grupo dos economistas que mais acertam as previsões, o movimento foi contrário ao do restante. A mediana para o IPCA deste ano segue acima da banda superior de 6,5% da meta e passou de 8,44% para 8,73% esta semana. Quatro semanas atrás, estava em 8,33%.

Para o fim de 2016, a mediana das projeções para o IPCA foi mantida em 5,60%. Quatro semanas atrás estava neste mesmo nível. Já no Top 5, a projeção para a inflação ao final do ano que vem foi corrigida para próximo do limite máximo de tolerância ao passar de 5,64% para 6,40% - um mês antes estava em 5,61%.

De acordo com o Relatório Trimestral de Inflação do BC divulgado no mês passado, a taxa ficará em 4,9% pelo cenário de mercado - que considera juros e dólar constantes - ou em 5,1%, levando-se em consideração as estimativas da Focus imediatamente anterior ao documento.

As expectativas para a inflação suavizada 12 meses à frente seguem elevadas, mas voltaram a mostrar recuo. Nesta edição de hoje, essa projeção passou de 6,11% para 5,99% - um mês antes estava em 6,58%.

No curto prazo, os preços mostram um pouco mais de controle quando comparado aos resultados dos três primeiros meses do ano.

Depois da alta de 1,24% de janeiro, revelada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1,22% em fevereiro, e de 1,32% em março, a projeção para a taxa em abril, desacelerou para um percentual abaixo de 1%.

De acordo com o boletim Focus, a mediana das estimativas passou de 0,64% para 0,65% - um mês antes, estava em 0,60%. Em maio, esse indicador de custo de vida pode esfriar ainda mais, quando o índice deve ter alta de 0,48% - acima dos 0,46% previstos na semana anterior e dos 0,45% estimados quatro edições da Focus atrás.

Infraestrutura para garantir o desenvolvimento de todo o Brasil

14/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Não soou bem a declaração da presidente Dilma Rousseff sobre a infraestrutura brasileira, durante discurso no Pará, no último dia 30, em que fez distinção entre os investimentos nas diferentes regiões do país. Segundo ela, Sul e Sudeste já teriam infraestrutura demais, cabendo agora ao governo federal garantir projetos na "parte de cima" do Brasil.

A afirmação talvez até guarde algo de verdade, mas uma verdade relativa. É evidente que, ao se comparar a infraestrutura das regiões, encontramos diferenças. E que talvez Norte e Nordeste tenham sido relegados a um segundo plano nessa área no passado, sendo necessário que recebam hoje alguns investimentos que são estratégicos.

Porém, mais evidente ainda é o fato de que, nessa área, o Brasil como um todo está pelo menos 20 anos atrasado. A falta de planejamento e a não realização de obras essenciais criou gargalos logísticos, que reduzem a competitividade de nossos produtos.

É, portanto, um erro afirmar que uma ou outra região merece mais investimentos. Ainda mais porque o desenvolvimento do país depende de um amplo planejamento logístico, pensando na interligação de modais e na integração de todo o território da maneira mais eficiente possível.

Se estado e União não têm competência para gerir esses recursos, devem ao menos criar condições legais para que o capital privado tenha segurança para realizar os investimentos.

É também um exagero dizer que Sul e Sudeste têm infraestrutura demais. É nítido que a evolução da estrutura de transporte e logística dessas regiões não acompanhou o crescimento da demanda e, hoje, ela já se encontra saturada.

No caso do Paraná, temos vários gargalos que precisam ser solucionados. Apesar de melhorias na gestão e operação de nossos portos nos últimos anos, os exportadores ainda pagam multas por atrasos em carregamentos de navios.

A solução depende do governo federal, que precisa destravar o processo das novas licitações e arrendamentos nos portos brasileiros. Em Paranaguá, elas permitirão ao porto dobrar sua capacidade de armazenagem e triplicar sua capacidade de embarque de navios.

Para que essa carga chegue ao porto com mais eficiência, também é necessária a melhoria da malha ferroviária. Tirar do papel a ferrovia Maracaju (MS)-Paranaguá é fundamental para o escoamento da produção do interior até o porto. Também é necessário dar continuidade à ferrovia Norte-Sul, que dará agilidade ao transporte de cargas entre estados brasileiros.

Esses dois projetos, além de beneficiarem diversas unidades da Federação, representarão menores custos e retirarão milhares de caminhões de nossas rodovias, dando sobrevida a elas.

Falando em rodovias, é inaceitável que tanto o fluxo de cargas como de passageiros tenha de ocorrer em estradas precárias, muitas delas em faixas simples, expondo a população ao risco iminente de acidentes e mortes.

Por tudo isso, fica claro que não só a "parte de cima", mas todo o país precisa de investimentos em infraestrutura. O Brasil é de norte a sul, de leste a oeste. Todas as regiões, sem distinção, devem ser contempladas com projetos que atendam suas necessidades e possibilitem seu crescimento.

E, num cenário em que a carga tributária do país, turbinada pelos recentes aumentos de impostos, deve ficar em torno de 40% do PIB, é um absurdo que o dinheiro arrecadado sirva basicamente para o custeio de uma pesada máquina pública e não seja aplicado para investimentos em infraestrutura e outras áreas.

Se estado e União não têm competência para gerir esses recursos, devem ao menos criar condições legais para que o capital privado – seja ele nacional ou estrangeiro – tenha segurança para realizar os investimentos. Nesse processo, é preciso que tanto o Executivo quanto o Legislativo tenham bom senso para manter a unidade federativa, garantindo assim o desenvolvimento de todo o país.

Terceirização do trabalho: segurança jurídica ou precarização?

14/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A aprovação pela Câmara dos Deputados, na quarta-feira (8), do projeto de lei que regulamenta os contratos de terceirização no mercado de trabalho é recheada de polêmicas. Tramitando há 10 anos na Casa, o texto era alvo de debates desde 2011 entre parlamentares e representantes dos trabalhadores e das empresas, mas sempre esteve distante de um consenso.

Há pelo menos três pontos polêmicos que foram aprovados com a passagem do texto pela Câmara, mas o principal dele é ampliar a abrangência das terceirizações tanto para as atividades-meio como para as atividades-fim.

Até agora, uma resolução do Ministério do Trabalho impedia, por exemplo, que uma empresa de engenharia contratasse um engenheiro terceirizado, mas permitia que o modelo fosse empregado a um trabalhador da área de limpeza ou segurança. Caso o projeto passe pelo Senado, a prática será permitida.

Contrário ao projeto, o governo sugeriu uma mudança para evitar a perda de arrecadação. O Planalto queria que parte da contribuição previdenciária, que representa

11% da folha de pagamento, fosse antecipada por todas as empresas que não possuem desoneração. Os deputados rejeitaram a proposta e mantiveram o INSS como responsabilidade da empresa terceirizada.

Empresários comemoram

A aprovação do texto na Câmara foi bem recebida por entidades empresariais. O presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Edson Campagnolo, disse que a terceirização é uma conquista para empresas e trabalhadores, já que "a regulamentação trará segurança jurídica". Já o presidente da Associação Comercial do Paraná, Antonio Miguel Espolador Neto, acredita que haverá um aumento dos postos de trabalho, com as terceirizadas contratando mais e dentro da lei.

Conflito de interesses

Impacto da terceirização coloca trabalhadores e empresários em lados opostos:

CONTRA

Domingos de Oliveira Davide, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Curitiba e Região (Sintracon).

O sindicalista considera a aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização um "retrocesso". "Nós, da construção civil, já sofremos muito com a terceirização, imagine agora com a atividade-fim liberada.

A forma como foi colocado o projeto é uma agressão aos direitos trabalhistas", diz. Na avaliação dele, os deputados consagraram aquilo que os empresários sempre quiseram: "fugir das responsabilidades, dos direitos, e quem paga é o trabalhador".

Segundo Domingos Davide, a maior dificuldade caso a lei seja mesmo aprovada é com relação ao pagamento dos direitos trabalhistas. "Até agora a empresa principal era solidária e pagava os direitos.

Hoje já é difícil executar um processo coletivo por falta de pagamento, agora, com respaldo da lei, é que os operários vão ter mais dificuldades em receber", afirma.

A FAVOR

José Eugenio Souza, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (Sinduscon).

O projeto da terceirização é "uma segurança para os empresários e um benefício aos trabalhadores", diz o representante das empresas. Segundo Souza, a prática de contratar empresas especializadas para as diversas etapas das obras já era comum. "Na construção civil, a terceirização é sinônimo de especialização", afirma. Como a CLT previa a subcontratação, as construtoras se apoiavam na lei.

"Era o que nós fazíamos, mas algumas empresas estavam sendo multadas por conta da portaria do Ministério do Trabalho que impedia a terceirização de atividades-fim. A lei pacifica essa questão."

Souza afirma que prestadoras de serviço terceirizado e empreiteiras médias podem ser prejudicadas se o projeto não virar lei. "É inviável para uma empresa de porte médio manter uma estrutura completa, desde a equipe de fundação até pintores. Só empresas grandes teriam essa condição."

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Texto base aprovado na Câmara ainda deve passar pelo Senado, antes de ser sancionado pelo presidente. As empresas têm a possibilidade de terceirizar todas as suas atividades e não só as chamadas atividades-meio (aquelas acessórias e complementares, não inerentes à empresa).



CONTRA

Sindicatos e outros representantes dos trabalhadores afirmam que a lei irá provocar a precarização do mercado de trabalho.



Quem não pode contratar?

Administração pública direta
Autarquias
Fundações
Serviços domésticos



A FAVOR

Empresários e entidades defendem que a legislação promoverá maior formalização e mais empregos.

Quem pode contratar?

Empresas privadas
Empresas públicas
Soc. de economia mista
Produtores rurais
Profissionais liberais

Como era

Não havia um marco legal que balizasse a contratação de terceirizados no Brasil, mas uma portaria do Ministério do Trabalho impedia a subcontratação voltada para atividade-fim.

Contratantes não recolhiam impostos ou contribuições trabalhistas sobre os terceirizados, mas podiam ser consideradas "responsáveis solidárias" no caso de falta de pagamento.

Trabalhadores terceirizados eram representados pelos sindicatos de funcionários terceirizados.

Como ficou

Abrangência das terceirizações tanto para atividades-meio quanto para atividades-fim.

Obrigações trabalhistas como responsabilidade da empresa terceirizada, enquanto a contratante precisa apenas fiscalizar e tem "responsabilidade subsidiária".

Representatividade sindical passa a ser a mesma do sindicato dos empregados da contratada, sem relação com a atividade da contratante.

Empresa terceirizada

A empresa contratada deve ter objeto social único, compatível com o serviço contratado. A existência de mais de um objeto é permitida quando a atividade se encaixa na mesma área de especialização.

Encargos

O recolhimento do FGTS e INSS continua sendo responsabilidade da empresa contratada. As companhias contratantes deverão recolher 1,5% de imposto de Renda, 1% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 0,65% de PIS/Pasep e 3% de Cofins devidos pela terceirizada.

Direitos

A contratada deverá garantir todos os direitos dos trabalhadores como férias, 13º salário e licença-maternidade.

Proibido

A contratação de empresas terceirizadas que tenham como proprietários ou sócios familiares de administradores ou ex-trabalhadores da contratante (carência de 24 meses).

Justiça

A empresa contratante só poderá ser acionada na Justiça para pagar direitos ao trabalhador terceirizado após se esgotarem os bens da terceirizada ou não fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada.

Seguro

As empresas contratadas devem pagar 4% do valor do contrato para um seguro que irá abastecer um fundo para pagamento de indenizações trabalhistas.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

46% dos brasileiros dizem ser forte impacto de alta de tarifas e alimentos

14/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O aumento de tarifas, como de energia e transporte, e dos preços de alimentos causam impacto "muito alto" para 46% dos brasileiros, mostra pesquisa da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) divulgada nesta segunda-feira, 13. Para 32% dos entrevistados, a alta desses preços causa impacto "moderado", enquanto para 12% o efeito é "pouco". Apenas 6% responderam que o impacto é "nulo".

Para enfrentar o problema, 66% dos entrevistados disseram estar economizando energia. A segunda alternativa mais citada, por 45%, foi a mudança de hábitos de consumo, seguida por parar de fazer compras (42%) e reduzir gastos com alimentação (31%).

As outras formas citadas foram mudar o meio de transporte, deixar de pagar parcelas, sacar dinheiro da poupança e fazer empréstimo, com 2% cada. Cada entrevistado podia escolher mais de uma opção.

"O brasileiro está mudando hábitos e reduzindo compras, especialmente de bens duráveis e produtos no supermercado. Ele evita novas compras e compra menos, o que é um alerta para o varejo", avaliou o presidente da ACSP, Alencar Burti, em nota.

O levantamento divulgado pela associação foi feito pelo Instituto Ipsos e entrevistou 1.200 pessoas de todas as regiões entre 16 e 30 de março. A margem de erro é de três pontos.

UBS corta ADR da Vale para "venda" e vê pressão negativa

14/04/2015 - Fonte: Exame



O quadro desfavorável para os preços do minério de ferro está por trás do corte na recomendação dos ADRs da Vale para "venda" pelo UBS Securities nesta segunda-feira, ante "neutra", com o preço-alvo para os recibos de ações negociados nos Estados Unidos passando de 6,80 para 4,80 dólares.

Em relatório a clientes, o UBS disse que, uma vez que o consumo das siderúrgicas chinesas permanece estável, a produção das seis maiores mineradoras do mundo será suficiente para atender a demanda por via marítima até 2018, com a interrupção na produção de produtores menores tendo pouco impacto para sustentar os preços do minério.

Nesse contexto, o UBS também reduziu sua estimativa para os preços da commodity para 48 a 53 dólares a tonelada no período de 2015 a 2017, com a projeção de longo prazo para 55 dólares a tonelada.

No caso da Vale, além da recomendação e do preço-alvo, as previsões do lucro por ação do UBS indicam que a Vale terá prejuízo até 2017, com projeções revisadas de -0,17/-0,06/0,21 dólar, em 2015, 2016 e 2017, respectivamente, para -0,58/-0,50/-0,24 dólar.

O analista Andreas Bokkenheuser lembra que o minério de ferro caminha para um período sazonalmente mais fraco do ano, que desacelera a estocagem empurrando os preços para baixo na direção de 45 dólares a tonelada no terceiro trimestre.

"Isso adiciona risco de queda às ações, que hoje são negociadas a um preço implícito de 55 dólares a tonelada para o minério de ferro", diz Bokkenheuser, avaliando que a estabilização do real, potenciais atrasos na produção e um possível corte de dividendos a zero em 2016 pressionarão a ação este ano.

"Conforme a cobertura de posições vendidas e o suporte da ação ficam para trás, acreditamos que a ação da Vale ficará sob pressão renovada", calcula.

Também nesta segunda-feira, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) afirmou que poderá cortar em duas ou três semanas os ratings da Vale e de outras sete mineradoras, por conta da redução dos preços estimados para o minério de ferro neste e nos próximos anos.

Às 16h17, na Bovespa, as preferenciais da Vale cediam 2,3 por cento e as ordinárias recuavam 1,3 por cento, enquanto o Ibovespa caía 0,07 por cento. Em Nova York, o ADR da mineradora perdia 3,6 por cento.

Focus prevê Selic a 13,25% e queda de 1% do PIB

14/04/2015 - Fonte: Zero Hora

Analistas do mercado financeiro aumentaram a previsão de encerramento da Selic, a taxa básica de juros da economia, para este ano. Da projeção de 13% que vinha se sustentando há semanas, a estimativa passou para 13,25% ao ano no final de 2015.

Está prevista, ainda, retração da atividade econômica mais forte do que antes. Investidores reduziram a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos em um país), de queda de 0,78% para recuo de 1%.

As previsões estão no boletim Focus, pesquisa em instituições financeiras divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC). A mudança na expectativa para a Selic significa que o mercado espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC suba a taxa em mais 0,5 ponto percentual este ano.

Em 2015, o Copom já aumentou a Selic em 1 ponto percentual, com duas elevações de 0,5 ponto percentual, nas reuniões de janeiro e março. O comitê se reúne mais uma vez nos dias 28 e 29 de abril.

O boletim manteve estável a projeção para a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De 8,12%, a previsão passou a alta de 8,13%. Já a expectativa de alta pelos preços administrados, regulados pelo governo ou por contrato, subiu de 12,6% para 13%.

A elevação de preços administrados — como o da energia e gasolina — responde por boa parte da inflação. A estimativa para o câmbio subiu de R\$ 3,15 para R\$ 3,20.

A estimativa da dívida líquida do setor público permaneceu em 38% do PIB. A estimativa do déficit em conta-corrente, que mede a qualidade das contas externas, caiu, ficando em US\$ 77,1 bilhões, menor que os US\$ 79,8 bilhões anteriores.

Já o saldo projetado para a balança comercial subiu de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 4 bilhões. Os investimentos estrangeiros estimados diminuíram de US\$ 56,5 bilhões para US\$ 56 bilhões.

Custo da energia sobe 0,6% em abril para a indústria nacional, diz Firjan

14/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

O custo médio da energia elétrica para a indústria nacional subiu 0,6% este mês, após os aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para as distribuidoras Energisa Mato Grosso (EMT, antiga Cemat), Energisa Mato Grosso do Sul (EMS, antiga Enersul), Cemig, CPFL Paulista.

A expansão considera também os ajustes dos percentuais já concedidos pela Aneel a outras distribuidoras neste ano. O dado consta de uma pesquisa divulgada hoje (13) pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Com isso, de acordo com a Firjan, o custo médio da energia pago pelas indústrias brasileiras alcançou R\$ 537,40 por megawatt-hora (MWh), o que mantém o Brasil na

liderança entre os 28 países de custo mais caro analisados pela entidade. O aumento apurado pela Firjan no acumulado do ano atinge 49%.

Com isso, de acordo com a Firjan, o custo médio da energia pago pelas indústrias brasileiras alcançou R\$ 537,40 por megawatt-hora (MWh), o que mantém o Brasil na liderança entre os 28 países de custo mais caro analisados pela entidade. O aumento apurado pela Firjan no acumulado do ano atinge 49%.

A tarifa é 338% superior ao custo médio praticado nos Estados Unidos (R\$ 122,7) e está 108,7% acima do custo médio dos demais 27 países do ranking (R\$ 257,5), segundo a pesquisa.

No mês passado, o Brasil passou a liderar a relação de países de custo mais caro da energia elétrica para a indústria, superando a Índia (R\$ 504,1 por MWh em abril) e a Itália (R\$ 493,6) por MWh), que ocupavam até então as primeiras posições. O custo mais baixo é encontrado na Argentina (R\$ 51 por MWh).

A chefe da Divisão de Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema Firjan, Julia Nicolau, disse à **Agência Brasil** que, com o aumento, o país perde competitividade. A tendência, daqui para a frente, preocupa.

"Não vislumbramos tendência de queda, pelo menos no curto prazo, ainda mais no atual contexto econômico complicado e considerando a importância da energia elétrica para as indústrias."

Há, segundo Julia, uma pressão de custos crescente para a atividade industrial. "A energia elétrica é fundamental e afeta as decisões de investimento. O custo da energia elétrica está dobrando de um mês para o outro e isso significa perda de competitividade."

Júlia destacou que as indústrias estão buscando soluções em termos de eficiência energética, mas, ainda assim, a preocupação é com o futuro imediato, com o valor da tarifa. "Que patamar de preço ainda teremos pela frente?", pergunta Júlia. Ela lembrou que, além do custo da energia, outras questões pressionam a empresa brasileira e citou as tributárias e trabalhistas. "O custo no Brasil vem em uma escala crescente e, quando comparamos com o resto do mundo, ele está ainda mais alto."

No *ranking* estadual, o Rio de Janeiro tem o custo médio da energia para a indústria mais elevado (R\$ 653,27 por MWh). Seguem-se Espírito Santo, com R\$ 639,28 por MWh, e Mato Grosso (R\$ 630,52 por MWh). Em contrapartida, os custos mais baixos são observados no Amapá (R\$ 288,29) e em Roraima (R\$ 287,73).

Governo aceita discutir mudança de prazo no seguro desemprego, diz ministro

14/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Pressionado por centrais sindicais e parlamentares da própria base aliada, o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, afirmou nesta segunda-feira, 13, que o Palácio do Planalto está disposto a discutir mudanças nas medidas provisórias que alteram as regras de concessão de direitos trabalhistas e previdenciários as MPs 664 e 665.

"Nós aceitamos discutir tudo. A reunião foi marcada, fomos convidados pelo vice-presidente Temer, para debater o tema da 664 e da 665, das duas medidas provisórias, não há nada definido ainda.

Não há nada fechado. Todos os temas estão em debate, são passíveis de modificação e aperfeiçoamento", disse Gabas, ao deixar o gabinete da Vice-Presidência após reunião

com o vice-presidente, Michel Temer, e os ministros da Fazenda, Joaquim Levy%u037E da Casa Civil, Aloizio Mercadante%u037E do Planejamento, Nelson Barbosa%u037E e da Advocacia Geral da União, Luís Inácio Adams.

Questionado pelo Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, se o Planalto aceitava recuar na nova regra de primeira solicitação do seguro-desemprego cujo prazo saltou de 6 para 18 meses , o ministro respondeu:

"Isso está incluído no tudo, tudo são todos os itens. Esperamos que a medida provisória seja no seu conjunto aprovada. Se tiver itens que podem aperfeiçoá-la, vamos acatar, para que esse ajuste fiscal seja aprovado no seu conjunto".

Segundo o ministro, a ideia do governo é aprovar as medidas do ajuste fiscal "o mais rápido possível, conversando com centrais sindicais e partidos". "Queremos preservar o conjunto da MP, agora, se vai ser aperfeiçoada ou não, vai depender do Congresso", afirmou.

Prazos. Ao deixar a reunião, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PTCE), comunicou que o relatório da Medida Provisória 665, que muda as regras na concessão de direitos trabalhistas, deve ser apresentado na comissão mista até esta quarta-feira, 15.

Segundo Guimarães, a expectativa é que a proposta seja votada ainda esta semana na comissão. Membros da comissão estão dialogando sobre as regras do abono e auxílio - desemprego, assegurou o líder do governo na Câmara.

Numa rápida fala sobre a reunião da coordenação política que ocorreu pela manhã, o petista disse que a presidente Dilma Rousseff se mostrou "otimista" com a situação da Petrobras, o ajuste fiscal e o cenário político no encontro.

Empresas modificam a estrutura para enfrentar ano de turbulência

14/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Com o agravamento da crise econômica, companhias de diferentes setores já adotam medidas que vão desde enxugamento de pessoal até extinção de funções, corte de departamentos e ampliação da terceirização.

A Folha contatou 18 companhias de grande porte que atuam em sete ramos da indústria, do comércio e do setor de serviços que tomaram medidas nessas direções. Parte espera que, à medida que a economia se recupere, seja possível retomar a produção e reverter o quadro de redução da mão de obra.

É o caso da fabricante de pneus Pirelli, que negocia um "layoff" (suspensão do contrato de trabalho) de 1.500 entre seus 12 mil funcionários pela primeira vez nos mais de 80 anos em que atua no país.

"Ninguém na empresa se lembra de ter enfrentado uma situação como a atual", diz Paolo Dal Pino, presidente da Pirelli na América do Sul. Assim como grandes montadoras, a Whirlpool (dona das marcas Brastemp e Consul) concedeu férias coletivas para duas fábricas (Santa Catarina e São Paulo) para baixar os estoques.

Outras empresas buscam soluções mais definitivas para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, se adaptar a mudanças em seus mercados. A Delphi, de autopeças, fechou recentemente a fábrica de Itabirito (MG) e demitiu cerca de 800. A Electrolux cortou vagas em Manaus (AM), segundo representantes dos trabalhadores.

O Hotel Transamérica São Paulo terceirizou 165 funcionários das áreas de serviço de quarto e restaurante após entrar em acordo, na Justiça, com o sindicato da categoria.

Cresce o número de empresas que procuram reestruturar departamentos internos e cortar níveis gerenciais, diz Marcelo Ferrari, diretor da Mercer, consultoria de RH.

"Até a geração Y começou a ser dispensada. Recebo um currículo por dia, mesmo não atuando diretamente com a recolocação profissional."

Rafael Beran Bruno, diretor do Instituto Pieron, que prepara executivos para o alto escalão, diz que a consultoria tem sido cada vez mais procurada por empresas que querem rever suas estruturas. "Muitas têm níveis hierárquicos demais. Além do custo com salários, existe o custo de adiar decisões por causa da falta de agilidade."

A reestruturação na Natura, por exemplo, atingiu diferentes níveis hierárquicos. Em nota, a empresa diz que cortou menos de 1% do seu quadro e procurou obter "menos camadas e maior proximidade da liderança com nossas consultoras e clientes".

Quem tem medo de imposto?

14/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Nada como uma frase em português capenga para explicar como é simples e simplória a vida nacional. "Quem paga imposto são os coitadinhos. Quem não pode fazer acordo, negociata, se fode. Esses grandões aí estão passando tudo livre, tudo isento de imposto", explicou Paulo Roberto Cortez em conversa grampeada pela Polícia Federal na nova operação do país das operações e da alma depauperada.

Essa mais recente é a Zelotes, que descortinou jeitinhos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para facilitar o nado de tubarões dos grandões que devem à Receita. O senhor Paulo Roberto Cortez é um conselheiro do Carf investigado por participação no esquema de subornos que pode ter deixado um rombo de R\$ 19 bilhões nos cofres públicos ao livrar empresas do pagamento de dívidas e multas ao Fisco.

"É importante que as pessoas entendam que a sonegação está intimamente ligada à corrupção. Elas são amantes", diz Heráclio Camargo, procurador da Fazenda Nacional em São Paulo e presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, o Sinprofaz. "E aí eu não falo da cervejinha pro guarda. Falo dos grandes esquemas. Sempre que há corrupção há sonegação. Tributos deixam de entrar nos cofres públicos porque descem pelo ralo da lavagem de dinheiro, são enviados a paraísos fiscais, contas secretas na Suíça."

Subordinada à Advocacia Geral da União, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional é um órgão que, trocando em miúdos, corre atrás de devedores de impostos federais. Corre atrás da tal Dívida Ativa da União.

Seus procuradores, por meio do Sinprofaz, idealizaram o Sonegômetro. Irmão menos aclamado do Impostômetro, o placar da sonegação registrou R\$ 500 bilhões em 2014. Painéis? Passeatas?

Como bem observou o colunista José Roberto de Toledo, aqui mesmo neste Estado, esquemas como o da Operação Zelotes são "o tipo de corrupção que não leva multidões às ruas, não ganha hashtag no Twitter, muitas vezes não vira nem notícia".

Na entrevista a seguir, o procurador Camargo destrincha a estrutura tributária brasileira, suas mazelas e seus possíveis consertos.

Historicamente, como se constitui o sistema tributário brasileiro?

Ele se ergue sobre uma tradição patrimonialista e oligárquica que vem do Brasil Colônia. Naquela época a Coroa Portuguesa arrecadava e era até uma alíquota módica, a meu ver 20% sobre o que se produzia e se comercializava aqui. E simplesmente levava essa arrecadação para a Metrópole, sem oferecer nenhuma contrapartida à Colônia.

Apenas em 1946 foi mencionado pela primeira vez em âmbito constitucional o princípio da capacidade contributiva, que diz que cada um deve pagar tributos de acordo com a sua renda. Ou seja, quem tem menos paga menos e quem tem mais paga mais.

Esse princípio, então, passou a orientar o sistema tributário do País, só que nunca foi adotado na prática. Nós continuamos a privilegiar uma tributação baixa sobre o patrimônio e a renda dos que podem mais e uma tributação alta sobre o consumo de bens e serviços de toda a população.

A Constituição de 1988 trouxe avanços no campo tributário?

Sim, houve uma inflexão importante. Ela não só manteve o princípio da capacidade contributiva como sistematizou as competências e os tributos sob responsabilidade da União, dos Estados e dos municípios. Isso deu maior segurança ao sistema. O grande avanço, porém, foi a previsão de um Imposto sobre Grandes Fortunas, que até hoje não foi regulamentado e isso diz muito da dinâmica da sociedade brasileira.

Como o poder econômico tem um peso grande na vida política, é difícil dissociarmos o sistema tributário que existe na prática da formação de nossa representação política. O que quero dizer é que aquela tradição patrimonialista e oligárquica à qual me referi é o que nos leva à representação política que perpetua esse sistema tributário disfuncional, porque regressivo.

E, portanto, contrário ao que diz a Constituição.

Exato. Um corolário do princípio da capacidade contributiva é a fixação de certa progressividade na tributação. Ela deve ser maior na medida em que os valores de patrimônio, por exemplo, ficam maiores. E aí até a política fundiária deve ser observada.

Deveríamos aumentar as alíquotas de imóveis nas cidades e no campo que não cumpram a função social de servir como habitação ou de fomentar a atividade econômica. Tem uma lógica nessa tributação, não se trata de questão ideológica. É colocar a propriedade a serviço da população, preservando o princípio da livre iniciativa, que também é fundamental e cláusula pétrea da Constituição.

Mas ele deve conviver com o princípio da capacidade contributiva e o da função social da propriedade. Não são princípios conflitantes, podem conviver numa sociedade que se quer mais justa do ponto de vista tributário e socioeconômico.

Mas a estrutura fundiária brasileira continua privilegiando a propriedade, sem onerar o mau uso do título de propriedade e sem aplicar o que está na Constituição, que é a tributação progressiva sobre os latifúndios improdutivos. E a que pontos chegamos... Eu era criança nos anos 70 e 80 e ouvia essas duas palavras sempre juntas: latifúndio improdutivo.

Ainda me vejo obrigado a usá-las em 2015. Prova de que a estrutura da sociedade brasileira, inclusive a tributária, não mudou. Ela continua desigual, injusta e concentradora de renda.

O Impostômetro diz que nos três primeiros meses de 2015 nós pagamos R\$ 500 bilhões em impostos. Isso é muito ou é pouco?

A carga tributária deve ser analisada tendo em vista o nível de contrapartidas que ela apresenta à população e não pelo índice que ela representa no PIB, hoje na casa dos 36%. Países escandinavos têm carga tributária maior, de até 45% do PIB, mas lá o sistema oferece tantas contrapartidas de qualidade à população – escolas, hospitais, benefícios sociais – que as pessoas não se sentem penalizadas.

No Brasil, onde já existe um índice elevado em termos absolutos, precisaríamos de contrapartidas muito maiores para justificar esses 36%. Então, a carga tributária brasileira não é simplesmente alta. Ela se torna alta porque é injusta e porque as contrapartidas em políticas públicas são baixas.

Bolsa Família, ProUni, Mais Médicos, aumento do salário mínimo não são contrapartidas proporcionadas pela arrecadação de impostos?

São contrapartidas pírias e conjunturais. Políticas de governo e não de Estado. Podem ser interrompidas a qualquer momento por um governo neoliberal e até por este que aí está, em cujo peito bate um coração neoliberal. Para comparar, Getúlio Vargas fez uma série de reformas estruturais no Brasil. Na política industrial, nos direitos sociais e trabalhistas.

Mas veja, por exemplo, a política de transferência de renda dos últimos 12 anos. É uma política compensatória de viés neoliberal americano. A Escola de Chicago prevê políticas compensatórias para situações em que, mesmo numa economia sem regulamentação, elas sejam necessárias para evitar que parcelas da população morram de fome. Não é uma política moderna. É conservadora.

O curioso é que os neoliberais de cabeça e não só de coração criticam essa política de transferência de renda. Chegaram a chamar o Bolsa Família de bolsa--esmola.

Mais curioso ainda é que esses críticos do governo são os que mais se beneficiam dele, da sua política econômica baseada na elevação dos juros para conter a inflação. Estratégia ineficaz, por sinal, porque a inflação já sinaliza 8% ao ano. Vejamos a quem serve a elevação dos juros.

Em 2015, o BolsaFamília vai alocar R\$ 25 bilhões. No mesmo ano, o governo gastará em amortização de juros da dívida pública interna mais de R\$ 1 trilhão. Para ambos o dinheiro vem de arrecadação de impostos. Só que o BolsaFamília beneficia 40 milhões de pessoas.

Do outro lado, um número diminuto de brasileiros – umas 200 mil famílias, cerca de 1 milhão de pessoas – e mais um punhado de especuladores internacionais que detêm os títulos da dívida pública vão ficar com o R\$ 1 trilhão. É bom repetir: para 40 milhões de pessoas, R\$ 25 bilhões para 1 milhão de pessoas, 40 vezes mais, R\$ 1 trilhão.

Isso nos leva ao começo de nossa conversa: o modelo tributário brasileiro tributa fortemente a classe média e os mais pobres e concentra a renda na aplicação dos recursos federais. E assim voltamos ao Brasil Colônia e à tradição oligárquica de nosso sistema tributário, que continua a beneficiar os poucos de sempre e drena os recursos que deveriam ser alocados em saúde, educação, etc. A única diferença é que a coroa não fica mais em Lisboa.

O ministro Joaquim Levy disse que algumas empresas brasileiras não gostam de pagar imposto. Alguém gosta?

É dever de toda sociedade entender que a tributação é também o que a constitui. Não existe sociedade sem tributo, porque é ele que proporciona ou deve proporcionar a existência das políticas públicas. Sem tributação não podemos prover as escolas e universidades públicas, saneamento básico, hospitais.

O discurso de sonegar em legítima defesa é um erro. Os mais pobres e a classe média estão comprando uma ideia da qual não podem participar, porque a tributação sobre eles é compulsória e inescapável.

Quem pensa assim na verdade conecta a sonegação à corrupção, à lavagem de dinheiro e a práticas exercitadas pelos segmentos mais afluentes, os muito ricos e as corporações. A população deve exigir uma simplificação do sistema tributário e zelar pela arrecadação de tributos, porque ela será a beneficiária direta de um modelo que todos gostaríamos de ver aprimorado.

Esta semana a Câmara aprovou a ampliação da terceirização no mercado de trabalho. Isso tem relação com a questão tributária?

O que temos aí é um desdobramento do que falou o ministro Levy. São empresas que não gostam de pagar imposto tentando reduzir a capacidade de o Estado tributar e tentando vulnerabilizar os direitos sociais e trabalhistas.

A população deve ver com cautela essa iniciativa. Espero que haja bom senso ainda no âmbito parlamentar para que esses prejuízos sejam minimizados. Porque se trata justamente de uma busca de segmentos econômicos poderosos. É um retrocesso constitucional aviltante. E o governo está desestruturado, sem forças para resistir a esse ataque.

Qual a sua avaliação a respeito do Imposto sobre Grandes Fortunas?

Sou favorável. Mais por seu caráter simbólico do que por seu poder arrecadatório. A regulamentação desse imposto sinalizaria uma importante inflexão na política tributária brasileira.

Não é inteligente que ele tenha efeito confiscatório, com alíquotas muito altas. Taxar as grandes fortunas representaria um incremento modesto na arrecadação. Que ele arrecade R\$ 10 bilhões ou R\$ 20 bilhões. É pouco (a arrecadação total em 2014 foi de R\$ 1,2 trilhão).

Provavelmente supriria a elevação do preço dos combustíveis que neste momento atinge toda a população e tem impacto na inflação. Mas seu potencial simbólico transcende a arrecadação. Sinalizaria à população que o Estado brasileiro se preocupa com a justiça fiscal. Além das grandes fortunas nós precisamos tributar mais fortemente o capital especulativo e os lucros dos bancos.

O lucro é compreensível. O que não tem explicação é a tributação baixa sobre esses lucros. Os bancos são concessões de serviço público. Eles funcionam mediante autorização do Estado brasileiro.

Por isso não precisamos ter tantos pruridos em falar de aumentar a tributação sobre os lucros bancários. Um banco com lucro líquido de R\$ 10 bilhões ao ano não vai quebrar se esse lucro for tributado em R\$ 5 bilhões ele vai continuar sendo grande, potente e saudável.

Uma tributação de 50% sobre o lucro líquido de um banco é perfeitamente razoável. E, repito, não se trata de uma questão ideológica. É a aplicação do princípio constitucional da capacidade contributiva. Hoje, a tributação sobre o capital financeiro representa só 2% do bolo tributário. Um absurdo.

Imaginando que um 'afortunado' possa espalhar sua fortuna com parentes para escapar do imposto, não seria custoso demais correr atrás desse dinheiro?

De fato existem mecanismos para tentar burlar a tributação. Mas também temos um bom sistema de cruzamento de informações que facilita a identificação da burla e das grandes fortunas.

A CPMF era um mecanismo interessante de controle de movimentação financeira. Não como ferramenta de arrecadação, mas por permitir que aferíssemos movimentações suspeitas e detectássemos esquemas de lavagem de dinheiro e de sonegação. Por isso é que ela foi extinta.

Governos de esquerda, direita, centro, neoliberal de fato, neoliberal de fachada. Ninguém regulamentou o Imposto sobre Grandes Fortunas. O sr. acredita que um dia acontecerá?

Sem um amadurecimento do debate, sem uma conscientização da cidadania, nós ainda levaremos um tempo grande para que o sistema tributário seja mais justo.

Enquanto a sociedade estiver mais preocupada em discutir costumes do que o cerne do Estado brasileiro, que é essa política econômica gerida de forma catastrófica, nós não teremos nenhuma perspectiva de mudança no sistema tributário.

O Imposto sobre Grandes Fortunas não é uma panaceia, uma opção definitiva. Mas ele simbolizaria fortemente uma vontade de mudar, de mexer estruturalmente no País. Chamaria atenção para a alta concentração de renda no Brasil e para a política econômica que é muito concentradora de renda. Por isso ele não foi instituído até hoje.

O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei.

OMC reduz projeção de crescimento do comércio para 2015 e 2016

14/04/2015 - Fonte: Reuters

O comércio global de bens crescerá 3,3 por cento neste ano e 4,0 por cento em 2016, menos do que projetado anteriormente, devido principalmente ao fraco crescimento econômico, informou nesta terça-feira a Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Projetamos que o comércio continuará com sua lenta recuperação, mas com o crescimento econômico ainda frágil e contínuas tensões geopolíticas, essa tendência pode facilmente ser afetada", disse o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo.

Os números da OMC são baseados em estimativas de crescimento econômico de organizações que incluem o Fundo Monetário Internacional (FMI), que vai atualizar suas estimativas ainda nesta terça-feira.

O economista-chefe da OMC, Robert Koopman, disse que os novos números do FMI ficarão na mesma faixa e não afetarão a projeção da OMC.

'Isolado, o Brasil precisa ousar', afirma o economista Octavio de Barros

14/04/2015 - Fonte: Brasil Econômico

Responsável pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Bradesco, o economista Octavio de Barros mantém a projeção de 1,5% de queda do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, mas prevê que o biênio 2015-16 poderá ser lembrado no futuro como o "rito de passagem" importante para um novo regime de crescimento de melhor qualidade.

Ele afirma que, sem dispor de dinamos visíveis de crescimento, o Brasil "precisa ousar e tomar iniciativas que abram novas possibilidades". A melhor estratégia, diz Barros, é o que os franceses chamam de fuga para frente *fuite en avance*.

Ou seja, para além do ajuste fiscal, deve-se adotar uma "cultura de governança", que vai desde a governança fiscal e orçamentária, à governança das empresas e dos bancos públicos, passando pela gestão das cidades e dos sistemas de saúde e educação. Outro ponto crucial, a seu ver, é a abertura da economia brasileira:

"É importante transmitir ao mundo que o Brasil quer deixar de ser o país comercialmente mais fechado do planeta".

O ajuste fiscal é defendido pelo governo como a solução para recuperar o crescimento econômico e ajudar no resgate da credibilidade e da confiança dos empresários e investidores. Alguns economistas, porém, consideram que o ajuste vai derrubar a taxa de investimento, aprofundando a recessão. O remédio pode dar errado?

Gosto da tese defendida por Joaquim Levy de que o ajuste macro atual existe por causa do enfraquecimento do PIB, e não o contrário. O que se pretende agora é preparar as bases de uma nova plataforma de crescimento futuro. O país pode reverter com relativa facilidade o cenário adverso atual, caso seja possível um mínimo de coesão a favor de ajustes relativamente rápidos que restaurem a previsibilidade perdida. A história mostra que, em momentos de crise, o país sempre faz as opções certas e o bom senso volta.

O Brasil é perfeitamente reformável. Os primeiros sinais de reversão começam sempre pelo preço de ativos em geral. Já estamos observando isso claramente. A publicação do balanço auditado e sem ressalvas da Petrobras poderá vir a ser um gatilho para melhora de humor. Em seis meses, aproximadamente, já se deverá ver algum sinal no lado real da economia.

A queda de 8% que esperamos nos investimentos em 2015 tem mais a ver com a retração compreensível dos investimentos em infraestrutura, devido ao envolvimento de grandes construtoras nos episódios por todos conhecidos e por conta da cadeia de óleo e gás, que também reduzirá consideravelmente seus investimentos.

De uma forma geral, o processo decisório das empresas de todos os setores está bastante abalado pela reverberação global de muitas coisas negativas ao mesmo tempo. A volta da confiança precisa ser reconstruída gradualmente. Não se decreta.

Com a entrada do vice-presidente Michel Temer no comando da articulação política com o Congresso, a aprovação das medidas de ajuste será facilitada?

É sempre bom ter pessoas experientes atuando de forma construtiva no encaminhamento das agendas realmente relevantes para o país. Acredito que o ajuste fiscal será aprovado em grande medida, talvez em pelo menos 80% do escopo original proposto, após as

contribuições do Congresso. Isso é muito importante. A nova área econômica do governo me parece estar engajada nesse espírito cívico e, na minha opinião, precisa ser apoiada, a despeito das clivagens políticas atuais, traumatizadas por um período eleitoral recente muito tenso.

Não há o risco de o governo tornar-se refém dos interesses políticos do Congresso e dos movimentos sociais?

Prefiro abordar de outra forma. Hoje a política afeta a economia, mas chegará um momento em que a recuperação cíclica da atividade econômica será bem mais relevante do que as tensões políticas atuais e o país voltará a olhar para frente. Gosto sempre de lembrar que não se pode confundir popularidade com legitimidade.

O que as empresas e as famílias querem é o melhor caminho para que o país ingresse em uma nova rota de crescimento conduzido por quem tem a responsabilidade legítima de governar no momento. É um privilégio a democracia brasileira, sobretudo quando comparamos com a de outros países emergentes.

Sempre insisto que o locus da disputa ideológica tem que ser essencialmente na discussão do orçamento. É lá que os conflitos políticos têm que acontecer dentro de regras e balizas claras.

O orçamento é a arena do conflito democrático saudável. Como eu, "modestamente", me autotitulo como o mais republicano (no sentido europeu) dos economistas brasileiros (risos), sempre vou acreditar naquilo que o economista e professor Albert Hirschman me ensinou, que é "a economia política do possível". Usando o jargão de alguns autores hirschmanianos, me considero um "possibilista".

Instituições ouvidas pelo Boletim Focus, do BC, apontam para a queda de 1,1% no PIB deste ano. Mas o Depec do Bradesco mantém a previsão de retração para esse ano em torno de 1,5%? Qual a razão do prognóstico mais pessimista?

É praticamente igual ao do mercado. Mantemos a projeção de 1,5% de queda do PIB, sem contemplar racionamento formal de energia elétrica. Em caso de racionamento, o cenário piorará um pouco.

Precisa ser dito que não há milagres em 2015. Na verdade, o biênio 2015-2016 poderá vir a se tornar um marco histórico na economia brasileira, e ser lembrado no futuro como o "rito de passagem" importante para um novo regime de crescimento de melhor qualidade, sob novas bases mais objetivas e pragmáticas, até mesmo no enfrentamento mais eficiente dos problemas sociais.

Hoje, temos uma situação de crise que pode vir a favorecer a construção da tal nova plataforma para um crescimento futuro. Uma espécie de "benção disfarçada" (*blessing in disguise*), como também nos ensinou o grande Albert Hirschmann. Sem a crise em curso, talvez não venha a ser possível avançar firmemente em temas que se tornaram tabus no Brasil.

O que na sua opinião seria o maior desafio brasileiro para o país voltar a crescer sustentavelmente?

Temos que reconhecer que o Brasil não tem muitas alternativas neste momento. De "menina dos olhos", agora é tratado como "patinho feio" pelo mercado, com grande reverberação e caricatura pela mídia internacional. A rigor, eu diria que o Brasil não tem nenhum problema que mereça de fato ser classificado como insolúvel e que justifique

determinados estigmas que infelizmente vão se consolidando. Porém, há muitas décadas o Brasil tem um pecado original.

O que temos é um problema crônico de governança, independente de quem governa no Executivo e nos governos regionais e municipais, e também nas empresas públicas e privadas. Observe que eu não estou me referindo à governabilidade.

A definição clássica de Governança é a maneira pela qual o poder é exercido na gestão de recursos sociais e econômicos envolvendo transparência, responsabilidade, orientação por consenso, efetividade, eficiência e prestação de contas.

Refiro-me a um amplo espectro de temas que vão desde a governança fiscal e orçamentária, à governança das empresas e dos bancos públicos, gestão das cidades, gestão da defesa comercial, dos sistemas de saúde e educação, gestão do mundo do trabalho, das políticas de inovação, do sistema tributário, do grau de autonomia das agências governamentais etc.

Como avançar nesse sentido?

Seria importante tomar medidas que caminhem na direção da construção de uma cultura da governança transparente e focada. Esta é a hora, me parece. Lembro, nesse caso, o impactante lema de campanha do ano passado do atual primeiro-ministro Narendra Modi, da Índia: "Menos governo, mais governança".

No caso brasileiro, algumas ações governamentais de impacto deveriam ter caráter unilateral, ou seja, que não dependessem de grandes negociações ou contrapartidas. Iniciativas espontâneas, como a ampliação da atratividade dos novos programas de concessões de obras públicas.

Cairiam muito bem nesse momento. Seria o melhor meio para mobilização do setor privado para algo tão crucial e urgente para o país. Refiro-me a sinais emblemáticos dessa mudança de atitude em várias áreas. Justamente pelo fato de o Brasil não dispor neste momento de dínamos visíveis de crescimento, precisaria tomar iniciativas para construir novas pontes, possibilidades e sinalizações, sem prejuízo de avanços inequívocos que já foram obtidos nos últimos 20 anos.

A inclusão social marginal agora é naturalmente decrescente e os fundamentais investimentos de infraestrutura estão temporariamente abalados por episódios amplamente conhecidos como Operação Lava Jato. A melhor estratégia é o que os franceses chamam de fuite en avant (fuga para frente).

A abertura da economia seria uma dessas áreas. Neste momento não seria complicada?

Claro que, com a devida delicadeza, precisamos ampliar a abertura da economia brasileira para nos reinserirmos nos grandes polos dinâmicos da economia mundial. Estamos inequivocamente isolados.

Sem ingenuidades, porém com determinação, me parece fundamental avançar nessa direção, sobretudo depois da brutal e consistente alteração na taxa de câmbio real, que atenua eventuais impactos de uma abertura um pouco mais ousada. Ou seja, a ideia é trocar câmbio depreciado por redução de tarifas de importação. Simples assim.

Precisamos mapear o mundo surgido depois de 2008 e propor ações ousadas que nos recolorem de volta ao jogo dos investimentos domésticos e globais. Entendo que uma leitura objetiva das grandes transformações globais pós-crise de 2008 deveria nos levar a

tomar iniciativas que, em algumas circunstâncias, independam de longos e complexos acordos multilaterais. Esta é a hora de medidas unilaterais e sinalizadoras de abertura comercial e o máximo de acordos bilaterais.

É importante transmitir ao mundo que o Brasil quer deixar de ser o país comercialmente mais fechado do planeta. O Mercosul precisa ser profundamente repensado e os exemplos dos países da Aliança do Pacífico não deveriam ser desprezados.

Acho que isso seria formidável, sobretudo para o setor industrial brasileiro, que se fortaleceria muito (e não o contrário) com maiores perspectivas de integração e modernização técnica. Já temos no Brasil uma bela base industrial para avançar, com muito mais abertura do que temos hoje.

Seria uma mudança muito drástica de orientação?

Não acho que seja, sobretudo para quem não tem muita alternativa. Penso que temos que reconhecer que o Brasil está bastante isolado e apenas o câmbio depreciado não nos garantirá um dinamismo comercial e produtivo. A reconquista da confiança local e internacional depende dos sinais adequados que transmitimos ao mundo. Confiança é a pedra fundamental de qualquer estratégia bem-sucedida.

O Brasil precisa se tornar um país normal, que persegue as melhores práticas internacionais em vários planos e não apenas no plano macroeconômico. Parece-me fundamental que seja aproveitado o momento de crise para repensar o regime de crescimento brasileiro, com foco na eficiência, na produtividade (via retomada da agenda de reformas microeconômicas) e sobretudo na governança.

Evidentemente, a preservação da inclusão social é inegociável nessa nova construção. O país precisa ingressar naquilo que eu gosto de chamar de "era da exemplaridade". Deve perseguir o bom exemplo sempre, as boas práticas e as histórias de sucesso que se observa mundo afora em vários níveis.

Precisamos nos afastar das jabuticabas e do argumento de que aqui as coisas são diferentes. A rigor, todo país é diferente. O enraizamento dessa ideia me parece o grande elemento que permitirá ao Brasil crescer pelo menos em linha com aquilo que a conjuntura global permitir.

Muita gente vê contradição no fato de a política econômica ser conduzida por um seguidor da Escola de Chicago em um governo presidido pela presidenta Dilma Rousseff, ex-aluna da Unicamp e declarada keynesiana. O sr. concorda?

Não vejo nenhum problema quando se tem o interesse comum. Todas as escolas merecem respeito. Joaquim Levy é uma pessoa muito experiente, é pragmático e com sensibilidade social. Enganam-se aqueles que acham que ele seja uma pessoa inflexível e obcecada pela ortodoxia.

Vejo o Levy como um luxo para o Brasil pelo seu espírito cívico de servidor público com compromissos com um Brasil moderno e socialmente justo. Tenho certeza que a presidenta Dilma tem grande admiração pela competência dele e dá suporte enfático ao trabalho corajoso que vem sendo realizado.

Chamo a atenção também para o papel complementar exercido pelo Nelson Barbosa, que considero um dos melhores quadros brasileiros, que conhece como ninguém as entranhas do setor público. Ele e o Levy estão trabalhando na mesma direção e a formação intelectual de ambos é bastante diversa. Ninguém é melhor do que ninguém. Acho que todos no governo entenderam a mensagem de que este momento é doloroso e com alto

custo político, e até mesmo com algum temporário agravamento do desemprego. Mas o país precisa forjar consensos novos, visando uma nação que não tolere relações econômicas arcaicas e que seja ao mesmo tempo socialmente ambiciosa.

Foi um erro estratégico atacar logo de início questões como a pensão por morte e o seguro-desemprego? Não havia cortes menos polêmicos a realizar?

Não concordo. São temas que já estavam em discussão no Ministério da Fazenda desde 2014. São medidas que têm como objetivo fortalecer o sistema de proteção social brasileiro, e não diminuí-lo. São ajustes fundamentais e incentivos corretos para que os benefícios sejam disponíveis a quem de fato precisa.

O ministro Nelson Barbosa mencionou em uma conferência que 70% dos beneficiários do seguro-desemprego têm até 22 anos. Eu fiquei totalmente surpreso, porque o percentual de desempregados nessa faixa etária é infinitamente menor. Esse dado fala por si de que há alguma distorção nesse fundamental instrumento de proteção social.

Acho que uma coisa é ajuste fiscal, outra é austeridade. Austeridade deve ser uma prática permanente de autoridades para reduzir distorções e zelar pela otimização do uso do dinheiro público. É uma atitude que qualquer executor de políticas públicas tem que perseguir.

Eu incluo esses dois casos (pensões por morte e seguro-desemprego) como mero exercício de austeridade, e não de ajuste fiscal. Ajuste fiscal, para mim, é o corte de despesas clássicas e de investimentos.

O Brasil ainda tem muito a avançar no plano da austeridade. Entendo que o impacto sobre a atividade econômica decorrente do episódio conhecido como Lava Jato é mais relevante do que o decorrente das medidas de ajuste fiscal defendidas pela equipe econômica.

A piora da expectativa do PIB este ano compromete a meta de superávit primário (R\$ 66,3 bilhões, ou 1,2% do PIB)?

Acredito que a equipe econômica vai cumprir a meta de primário de 1,2% do PIB. Claro que, com o PIB em queda, será uma batalha morro acima. Mas o mais relevante na percepção dos agentes econômicos é a nova atitude fiscal.

Acho que promover a consolidação fiscal, criando regras que possam ser duradouras, tem muito mais valor do que cumprimento na mosca da meta de primário. Por exemplo, se aprovássemos no Congresso uma regra para o crescimento do gasto público (ainda que somente o discricionário) não superior ao crescimento do PIB nominal, seria um sinal de amadurecimento institucional precioso, que teria um notável impacto no comportamento das taxas de juros longas.

Isso seria essencial para fortalecermos o nosso mercado de capitais. Reduziríamos a dependência das empresas de recursos subsidiados do BNDES, que passaria a atuar em outras frentes.

O IPCA de março ficou em 1,32%, levando o indicador a uma taxa acumulada de 8,13% no período de 12 meses, patamar mais elevado desde dezembro de 2003. Isso reforça a sua previsão de que o centro da meta de 4,5% só será alcançado pelo governo em 2017?

Temos que reconhecer que, em 2015, a inflação é solução e problema ao mesmo tempo. Talvez mais solução do que problema. É solução porque acaba com o represamento de

preços administrados dos últimos anos; dá fôlego e ajuda no fiscal, na medida em que o Tesouro não precisará capitalizar algumas empresas estatais. Era inevitável que ocorresse uma forte correção de preços públicos.

O sinal dos preços é fundamental para orientar os agentes econômicos. O desafio é a inércia que isso gera para frente, sobretudo porque se dá no mesmo momento em que o real se depreciou fortemente. O que mais preocupa o Bacen é a evolução das expectativas da inflação de 2016 e 2017.

A taxa Selic, caso mantida no patamar atual por um período suficientemente prolongado, garantiria a inflação na meta central dentro de um horizonte bastante razoável que é o primeiro semestre de 2017. Não acho que haveria perda reputacional se a taxa Selic fosse mantida estável por um bom tempo depois de abril. A inflação anualizada vai cair pela metade após esse primeiro trimestre.

Com o nível tão deprimido da atividade econômica, acredito que a Selic já tenha subido o suficiente para acalmar as expectativas de inflação.

A desvalorização do real frente ao dólar, estimulada não só por incertezas internas mas também pela perspectiva de alta dos juros americanos, dificulta a redução da inflação?

Acho que, pelo fato de a economia brasileira estar crescendo muito abaixo de seu crescimento potencial (cerca de 2,5 p.p. abaixo), o repasse da taxa de câmbio (trabalho com o dólar a R\$ 3,00 ao final do ano) para a inflação é menor do que observamos em outros momentos.

Quero dizer que o hiato do PIB muito negativo ganhará de goleada da inércia inflacionária decorrente do câmbio e do aumento forte de preços públicos, e a inflação gradualmente convergirá para o centro da meta. Mas isso só ocorrerá no primeiro semestre de 2017. É por essa e por outras razões que eu venho defendendo que, depois de 16 anos de regime de metas, que seja abandonado o ano-calendário como referência para o cumprimento da meta.

Junto com uma mudança dessa, que seria para vigorar apenas para 2017, defendo que, a cada 4 anos, a meta de inflação seja reduzida em 0,25 pp.

O sr. já declarou que se o Banco Central tivesse uma gestão independente, os juros básicos não precisariam estar tão altos. Por que?

Já é de amplo conhecimento de todos de que faz muitos anos que eu defendo a tese de que o Brasil precisa seguir as melhores práticas globais, dentre as quais contar com um Banco Central formalmente independente.

É claro que é algo polêmico no Brasil, mas penso que não é bom que continuemos incessantemente a politizar temas que já não deveriam ser objeto de tanto embate ideológico. No caso da independência do Banco Central, por mais controversos que sejam seus benefícios, é um modelo de sucesso global devido a um ritual, a uma liturgia que transmite aos agentes econômicos a noção de garantia da estabilidade monetária permanente.

Defendi essa ideia no ano passado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado), quando os senadores convidaram alguns economistas para apresentarem seus cenários. Acho que esse tema já deveria estar para lá de consolidado no Brasil. Reduziria fortemente o risco-país, nos afastaria do risco de rebaixamento e os juros futuros despencariam. Evidentemente que não é a panaceia para todos os males, mas seria um

tijolinho a mais na construção de uma nova institucionalidade macroeconômica, que teria amplos benefícios em termos de percepção de risco-país para um país com um passado inflacionário tão condenável.

Portanto, ajudaria muito a reduzir as historicamente elevadas taxas de juros no Brasil. Tem gente que ainda acha que o efeito seria o contrário. Discordo categoricamente. Por outro lado, respeito muito a opinião dos que consideram que o desafio maior neste momento é fiscal e que uma batalha agora a favor do Banco Central independente não seja prioritária.

De toda forma, sinto que o Brasil precisa ingressar naquilo que eu gosto de chamar de "era da exemplaridade". Devemos perseguir o bom exemplo sempre, as boas práticas e as histórias de sucesso que se observam mundo afora em vários níveis. O enraizamento dessa ideia me parece o grande elemento que permitirá ao Brasil crescer pelo menos em linha com aquilo que a conjuntura global permitir.

A retirada dos estímulos às empresas concedidos nos últimos anos não irá agravar ainda mais o desemprego?

Evidente que sair da zona de conforto, expressão do ministro Levy no seu discurso de posse, é algo doloroso e com alto custo político e até mesmo com algum temporário agravamento do desemprego. Reconhecer erros também é difícil, mas extremamente nobre.

Tenho a percepção de que esteja em curso por parte do governo um reconhecimento da necessidade de mudanças em relação a algumas decisões tomadas nos últimos 4 anos. Mas o país precisa forjar consensos novos, visando uma nação que não tolere relações econômicas arcaicas e que seja socialmente ambiciosa.

Assim, me parece incontornável a retirada gradual da rede de proteção de alguns segmentos empresariais que dependem de subsídios, incentivos e protecionismo. São vícios consolidados de décadas que precisam ser avaliados na sua relação custo/benefício. O que for meritório, permanece.

O que não for, precisa ser reavaliado com ponderação, serenidade e firmeza. Alguns leem equivocadamente essa mensagem como retrocesso, mas na realidade o país precisa construir as condições básicas e elementares para realmente planejar seu futuro com objetividade e com recursos não-inflacionários.

Quando o ministro Joaquim Levy menciona que o Brasil precisa se reinventar, ele possivelmente deve estar se referindo à necessidade de repensarmos muitos hábitos enraizados que hoje não cumprem as mesmas funções que tiveram no passado.

O que achou da declaração do ex-presidente do BC, Armínio Fraga, de que o ajuste que está sendo feito é insuficiente?

Acredito que o Armínio tem grande respeito e admiração pelo trabalho do Joaquim Levy e sabe que tudo que estiver ao alcance da nova equipe econômica será feito para melhorar o Brasil. Suspeito que a legítima ansiedade do Armínio tem a ver com a pressa em reformas microeconômicas decisivas para o país voltar a crescer mais rápido.

Mas considero que o time do Ministério da Fazenda vá focar esses temas na sequência das ações fiscais mais emergenciais. Cada coisa no seu tempo. Acho que a equipe econômica será talentosa o suficiente para vencer pelo argumento técnico as eventuais resistências políticas existentes em relação a medidas micro.

Dólar especula sozinho

14/04/2015 - Fonte: Brasil Econômico

A liquidez muito enxuta, inferior a US\$ 1 bilhão, tornou possível aos profissionais do mercado de câmbio exacerbar a tendência externa de alta da moeda americana. Num extravagante destempero especulativo, o dólar saltou ontem 1,74%, cotado a R\$ 3,1245.

Como é amarrado tecnicamente pelo ajuste diário de margem, o pregão de juros futuros da BM&F não acompanhou a aventura cambial. Depois da disparada de março e da derrocada das duas primeiras semanas de abril, os players do dólar tentam tirar o atraso a despeito da inexistência de uma razão mais sólida. Ao invés de dedicar-se agora a encontrar um preço mais adequado aos novos fatores internos e externos, o mercado não resiste à tentação de dar uma puxadinha.

Externamente, a principal inquietação — o momento da alta do juro básico americano — deslocou-se para um ponto menos visível do teatro de operações. O centro é ocupado agora por atores que raramente perdem a condição de coadjuvantes: o grau de desaceleração da economia chinesa e as negociações em torno da tragédia grega. Internamente, o clima desanuviou-se.

A fraca adesão popular às manifestações de domingo coroa um cenário político bem menos desfavorável à presidente Dilma Rousseff. Para o mercado, isso se traduz no fortalecimento do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Por falar no ministro, o câmbio não deu nenhuma relevância aos elogios feitos aos esforços fiscais da equipe econômica por Mauro Leos, vice-presidente da Moody's, agência que hoje classifica o risco soberano em Baa2 (segunda nota de baixo para cima dentro da categoria "investment grade"), mas com viés negativo.

O executivo informou que a classificadora só irá reavaliar o rating e o "outlook" brasileiros depois de novembro. Para o câmbio, foi como se tivesse alertado para a iminência de um rebaixamento. Quando o mercado quer especular não há santo que ajude.

Com base num pretexto externo de segundo plano, a desaceleração chinesa, o câmbio tentou ontem retomar a glória dos idos de março. Foi uma alta que não se sustentará se não surgir nenhuma outra razão de peso.

Até porque não dá para prolongar um movimento continuamente ascendente do dólar apenas escorado em números sobre o comércio exterior da segunda maior economia do planeta. Após alta de 22,5% no primeiro bimestre do ano, as exportações caíram 15% em março, na contramão total da projeção dos analistas de avanço de 9%.

As importações se retraíram 12,7%, acima da baixa de 10% prevista pelo mercado. As importações cedem por causa da desalentada demanda interna, afetando negativamente os países emergentes que exportam commodities para lá. E a indústria chinesa sofre com a demanda acanhada dos países para onde mais exporta, caso dos EUA (queda de 8%), da União Europeia (-19%) e do Japão (-25%).

O superávit da balança comercial chinesa alcançou US\$ 3,08 bilhões no mês passado. Trata-se de um saldo muito inferior ao de fevereiro (US\$ 60,62 bilhões) e ao estimado pelos especialistas (US\$ 40,10 bilhões).

"A frustração com o desempenho das exportações em março aumenta o risco de que o PIB do primeiro trimestre mostre crescimento abaixo de 7%", diz o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros.

O dólar tende a cair se os novos dados sobre a economia da China, sobretudo o referente ao PIB, não ratificarem os temores despertados pelo informe comercial.

Não há nos mercados globais movimento de aversão global a risco que autorize depreciações mais acentuadas da taxa de câmbio. Se houvesse, o rendimento do título de 10 anos do Tesouro americano teria recuado muito mais do que a baixa de 1,95% para 1,93% registrada ontem.

O mercado futuro de juros da BM&F preferiu perfilar-se às novas percepções dos economistas sobre o andamento da inflação. As altas dos contratos referiram-se a meros ajustes. O juro para a virada do ano passou de 13,26% para 13,27%, enquanto que a taxa para contrato com vencimento em janeiro de 2017 subiu de 13,02% para 13,07%. O contrato longo de maior liquidez, com liquidação em janeiro de 2021, avançou de 12,52% para 12,58%.

As expectativas inflacionárias do mercado financeiro iniciaram a reversão do pessimismo. Pelos vários critérios observados pelo boletim Focus do Banco Central, as projeções de IPCA das cem instituições participantes da pesquisa estão menos carregadas.

Confirmando informação desta coluna, segundo a qual a 14ª alta consecutiva, de 8,13% para 8,20%, no prognóstico para o índice no acumulado deste ano, ocorrida na mostra divulgada na segunda-feira da semana passada, havia encontrado o seu teto, na pesquisa de ontem constatou-se recuo para o patamar anterior de 8,13%.

Também houve queda na projeção de taxa para os próximos 12 meses, de 6,58% para 6,11%. E os especialistas do mercado em inflação desenham uma escadinha de baixa para o IPCA mensal.

O pior do tarifaço, que produziu índices muito elevados no primeiro trimestre do ano (1,24% em janeiro; 1,22% em fevereiro; e 1,32% em março), já passou. Para abril, o Focus indica 0,65% e, para maio, 0,48%. Trata-se agora de uma inflação compatível com a atividade econômica em recessão, desemprego em alta e crédito em desaceleração.

E tendendo a piorar já que o Copom ainda não parou de subir a taxa básica de juros e o ajuste fiscal da Fazenda nem foi aprovado pelo Congresso. E o viés é de que seja sancionado pelo legislativo, dada a distensão política.

O principal problema econômico do país não é mais a inflação. O fator que pode frustrar os prognósticos agora mais comedidos sobre a evolução dos preços é a taxa de câmbio. As instituições que alimentam o Focus mantiveram a perspectiva de dólar a R\$ 3,25 no fim do ano.

Como as diversas variáveis da pesquisa conversam entre si, a projeção de IPCA de 8,13% já embute tanto esse dólar de R\$ 3,25 em dezembro quanto uma Selic de 13,25% do dia 29 de abril (data da próxima reunião do Copom) até dezembro.

Ou seja, o dólar teria espaço para uma alta adicional de 4,5% até lá sem mexer basicamente na atual aposta de IPCA. Se, por algum motivo externo, a moeda americana disparasse o BC teria de mexer na variável Selic para o IPCA não se deslocar para cima.

Nexxera prevê crescer com pequenas e médias empresas

14/04/2015 - Fonte: Brasil Econômico

O grupo catarinense Nexxera, especializado em transmissão de dados financeiros em ambiente digital e que tem mais de 70 instituições financeiras e as principais operadoras

de cartões homologadas, com clientes como Caixa Econômica Federal, Danone, Walmart, Souza Cruz e BRF, planeja um crescimento de 16 vezes nos próximos três anos, para alcançar um faturamento de R\$ 1 bilhão. A companhia fechou 2014 com um faturamento de R\$ 60 milhões.

“Falamos em ser o Google do mercado financeiro, no sentido de estarmos presentes em todas as transações”, diz o presidente da Nexxera, Edson Silva, que conduz a empresa ao lado de seu irmão e vice-presidente Edenir Silva.

Eles têm ainda um terceiro sócio. “Demos a sorte de nascer Florianópolis, que começa a se apresentar como Vale do Silício do Brasil, com várias empresas de tecnologia. É um polo de games, por exemplo”, completa.

A crise econômica, acrescenta ele, exige cautela, mas ainda não afeta os resultados da companhia, pela característica dos seus produtos, que muitas vezes ajudam às corporações a reduzir custos.

“Nossos produtos são vencedores na época da bonança e da escassez também. Nosso modelo é favorável a isso. Mas estamos atentos, achamos que em alguns momentos podemos reduzir margens, mas não vamos deixar de crescer”, destaca. Com sede em Florianópolis e escritório em São Paulo, a Nexxera chegou recentemente à Miami (EUA).

Focada em grandes clientes, que hoje respondem por 95% do faturamento do grupo, a principal aposta é um produto voltado para as pequenas e médias empresas, e microempresários individuais.

Chamado de Nexxcity, o serviço online de gestão financeira reúne diversos serviços financeiros e de gestão, que têm como objetivo centralizar todas as operações em um único canal. Um dos serviços oferecidos com o Nexxcity é um novo leitor de cartão de crédito e débito.

Responsáveis por mais de 70% da geração de empregos no país e por 25% do PIB brasileiro, as MPEs ainda têm dificuldade, em função do porte e das limitações financeiras, para utilizar as ferramentas tecnológicas que possam melhorar a sua gestão.

“Queremos ajudar a organizar a vida, gerar renda e organizar o fluxo de caixa deles, uma das maiores causas de quebra das empresas, segundo o Sebrae”, diz Silva. A Caixa Econômica e o Banco do Nordeste já oferecem o Nexxcity em projetos para esse público.

A meta é chegar a um milhão de MPEs, fazendo com que elas, junto com as pessoas físicas, sejam responsáveis pela maior parte do faturamento da empresa.

“Estamos trabalhando em nichos de mercado como taxistas e cabeleireiros. Queremos que as pequenas respondam por 25% do nosso faturamento no futuro”, diz o executivo.

De acordo com ele, a empresa planeja ainda ter 10 milhões de clientes pessoa física com serviços como o Yupee, espécie de carteira eletrônica que permite também que o usuário receba suas faturas de contas, como luz e água, e as pague no próprio aplicativo.

“Estamos negociando para se pagar com cartão de débito via celular, uma espécie de PayPal do mundo físico”, finaliza.

NTN-SNR cresce no País com novos projetos

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business



A conquista de contratos de fornecimento para novos projetos de veículos faz a fabricante de rolamentos e semieixos NTN-SNR acreditar que pode mais no Brasil, onde instalou fábrica há 15 anos em Fazenda Rio Grande (PR) e na última década multiplicou por quatro o faturamento.

“Já somos líderes nas vendas de rolamento no mercado OEM (às fábricas de automóveis), com cerca de 26% de participação. Como estamos cada vez mais presentes no desenvolvimento de novos carros, acredito que poderemos avançar para algo entre 30% e 35% nos próximos anos”, afirma o engenheiro francês Franck Lesigne, presidente da SNR Rolamentos do Brasil, que pertence ao grupo japonês NTN.

Exemplo das novas conquistas são os chamados “rolamentos de terceira geração”, que já são embutidos no cubo da roda, eliminando diversos processos de montagem. A NTN-SNR foi a primeira a produzir o componente no País e com isso passou a fornecer para os novos Ford EcoSport e Toyota Etios.

Segundo Lesigne, a produção da peça no Paraná é um dos frutos do programa de investimentos de R\$ 50 milhões em três anos que terminou em 2014 e incluiu a expansão da linha de produtos e capacidade industrial no Brasil. Além da unidade de Fazenda Rio Grande, que teve a capacidade dobrada para 4,5 milhões de peças por ano, a NTN abriu outra fábrica de juntas homocinéticas em Guarulhos (SP). No ano passado a empresa produziu em solo brasileiro 4,3 milhões de rolamentos e semieixos.

“Estamos presentes no desenvolvimento de quase todos os carros e fornecemos para as fábricas japonesas que estão crescendo, por isso vemos grande potencial de expansão”, afirma o executivo, que chegou ao País para dirigir as operações da NTN em agosto passado.

“Claro que somos afetados pela queda das vendas de veículos novos. O ano passado foi difícil e este também será. Estamos acompanhando a evolução do ritmo dos negócios para decidir sobre novos investimentos, mas nossa vinda ao Brasil foi para ficar. Nos últimos cinco anos tivemos expansão de 32% e isso justificou o que fizemos até o momento”, avalia.

OPORTUNIDADES

Mesmo em momento econômico desfavorável, a conquista de fornecimento para novos projetos compensa em boa medida o tombo do mercado. Para 2015, Lesigne projeta que

a NTN deverá utilizar 90% da capacidade de produção no País, porcentual bastante superior ao da maioria das fábricas do setor automotivo atualmente. “Temos certeza de que existem muitas possibilidades de expansão aqui, mas o crescimento tem sido muito volátil”, analisa.

Um dos investimentos em avaliação está em aumentar a nacionalização de produtos, uma demanda dos fabricantes de veículos para atender as exigências do Inovar-Auto e contornar a alta do dólar diante do real.

Os rolamentos de terceira geração, por exemplo, têm cerca de 40% de componentes nacionais. “As montadoras estão pedindo maior nacionalização, mas só podemos fazer isso com escala, com mais pedidos, para valer a pena produzir aqui o que não fazemos ainda”, diz Lesigne.

Uma das possibilidades de crescimento está na venda de componentes para o mercado de reposição, no qual a NTN está entrando com maior força agora, com um catálogo de componentes de quase 300 páginas.

“Podemos crescer 100% no aftermarket, porque já fornecemos para quase todos os carros fabricados no Brasil ou importados. Somos líderes no mundo e aqui não será diferente. Apenas começamos a trabalhar melhor nesse segmento, com ampliação da rede de distribuição e ações de marketing”, afirma Lesigne.

Federal-Mogul encerrou 1º trimestre com alta de 5%

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A Federal-Mogul comemora ter encerrado o primeiro trimestre do ano com crescimento de 5% em suas vendas na comparação com o mesmo período de 2014. Diante da queda da ordem de 20% na demanda das montadoras por autopeças e componentes, a companhia fortaleceu sua presença no mercado de reposição e, no balanço dos dois segmentos, iniciou o ano com crescimento.

A companhia aponta que o posicionamento mais robusto no aftermarket só foi possível por causa de uma série de investimentos feitos recentemente. Entre as principais iniciativas estão a modernização da fábrica da divisão Motorparts, especializada em materiais de fricção, o lançamento da nova linha de pastilhas de freios Stop, a ampliação da família de produtos Jurid para o mercado de reposição e o lançamento da marca Ferodo.

O resultado positivo de janeiro a março estimulou a empresa a ampliar o quadro de funcionários da fábrica de componentes de freios em Sorocaba (SP). “Estamos na contramão do mercado, em meio à avalanche de notícias sobre demissões, layoffs, redução de jornadas, antecipação de férias e outras ações para adequar o nível de produção ao das vendas.

Desde a aquisição pela Federal-Mogul da divisão Motorparts, no segundo semestre do ano passado, promovemos diversas mudanças na fábrica e ampliamos o nosso portfólio de produtos para o mercado de reposição”, destaca José Roberto Alves, diretor-geral da companhia, sem detalhar quantas contratações foram feitas.

Dana recebe nova aprovação para financiamento via BNDES

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A Dana recebeu no fim de março a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, para incluir o eixo diferencial traseiro no programa Finame Componentes, linha de financiamento para a compra do item com crédito subsidiado e alongamento do prazo de pagamento por montadoras que já produzem no Brasil ou mesmo aquelas que têm planos de se instalar no País.

Em setembro do ano passado, a Dana havia sido homologada pela instituição para o credenciamento de seu eixo diferencial dianteiro, sendo uma das primeiras empresas a integrar a linha de financiamento. Ambos os eixos são produzidos na fábrica de Gravataí (RS) e fornecidos para o segmento de máquinas e equipamentos agrícola.

“Na medida que ampliamos a base de produtos credenciados, proporcionamos uma vantagem competitiva para nossos clientes, permitindo a redução do risco de crédito e a melhora do fluxo de caixa, com recursos oriundos da linha de financiamento. Esta iniciativa é ainda mais importante no atual momento de menor demanda e busca da indústria pela redução de custos”, diz Raul Germany, diretor geral da Dana para o Brasil.

Chery fará nova proposta aos metalúrgicos

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A Chery e o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos e Região agendaram para a terça-feira, 14, às 9h, uma nova reunião para tratar sobre o impasse sobre a adesão à convenção coletiva da categoria por parte da montadora.

Durante o encontro realizado na manhã desta segunda-feira, 13, na Superintendência Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, metalúrgicos e empresa não avançaram nas negociações, acertando apenas a nova data para a próxima reunião. A companhia confirmou em nota que fará uma nova proposta neste próximo encontro.

Segundo o sindicato, a Chery entrou com um pedido de interdito proibitório na Justiça do Trabalho para encerrar a greve, mas o pedido foi negado, dando continuidade à paralisação na fábrica de Jacareí, que completou oito dias nesta segunda-feira.

Ainda de acordo com o sindicato, o Ministério do Trabalho também se comprometeu a enviar fiscais na fábrica da Chery para verificar possíveis irregularidades apontadas pelos trabalhadores.

Entre as denúncias apresentadas durante a reunião, estão a não observação das normas de segurança e ergonomia, a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) adequados e a terceirização dos setores de logística e manuseio.

Em comunicado, o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, disse: “A Chery vai na contramão do que os trabalhadores reivindicam, terceirizando mão de obra e achatando salários.

Quando a montadora decidiu vir para nossa região, o sindicato apresentou todas as condições. Agora, a empresa quer burlar a legislação trabalhista do País e a convenção coletiva da categoria, mesmo tendo recebido incentivos dos governos federal, estadual e municipal. Não vamos aceitar essa afronta”.

Mercedes-Benz estende programa de demissão voluntária em SBC

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business



A Mercedes-Benz prorrogou o programa de demissão voluntária (PDV) na fábrica de São Bernardo do Campo (SP) até o dia 27 deste mês. A montadora já havia aberto no mês passado um PDV em março com prazo até o dia 31, mas decidiu reabrir o programa provavelmente pela baixa adesão. A medida serve para reduzir o excedente de funcionários na unidade, calculado em 1,2 mil trabalhadores, segundo a própria empresa.

Para atrair mais adesões, a montadora elevou o pacote de benefícios: no mês passado, a oferta era de pagamento de R\$ 28,5 mil, pagos independentemente do tempo de casa para cada funcionário que aderisse ao programa voluntariamente. Se o metalúrgico já estivesse em layoff - com contrato suspenso - seriam mais R\$ 6,5 mil.

No PDV atual, aberto até o dia 27, o valor sobe para R\$ 11,5 mil, além do fixo. A Mercedes-Benz não informa o número de adesões, mas possui 715 operários em layoff, com retorno previsto para o dia 30 de abril.

A decisão de estender o prazo do PDV se deve à estagnação do mercado de veículos comerciais pesados, cujas vendas caíram 36,6% no primeiro trimestre na comparação com igual período de 2014.

GENERAL MOTORS

Por sua vez, a **General Motors** prorrogou o retorno dos 819 trabalhadores da fábrica de São Caetano do Sul, também no ABC Paulista, afastados por meio de layoff, quando o funcionário tem a suspensão do contrato de trabalho.

O retorno, que estava marcado para a última sexta-feira, 10, passou para o dia 10 de junho. A decisão também se deve ao excedente de mão de obra na unidade, uma vez que o mercado segue em baixa: a GM registrou queda de 18,7% das vendas no primeiro trimestre sobre mesmo período do ano passado.

Os custos dos próximos dois meses de afastamento serão arcados apenas pela GM, isto porque o prazo legal do layoff é de até cinco meses, período que os trabalhadores recebem R\$ 1.304 do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculado ao governo, enquanto a montadora paga uma complementação até o valor integral do salário.

Em novembro do ano passado, a GM afastou 850 funcionários e em janeiro colocou mais 100 em layoff.

Veículos importados: vendas crescem 20% em março

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business



O segmento de veículos importados registrou aumento de 19,9% das vendas em março na comparação com fevereiro, ao emplacar pouco mais de 6,9 mil unidades, segundo dados da Abeifa, Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores. Sobre igual mês do ano passado, quando os licenciamentos somaram 7,6 mil unidades, os negócios continuam em baixa: houve queda de 9,2%.

Para o presidente da entidade, Marcel Visconde, o resultado de março não sinaliza retomada, uma vez que o número de dias úteis foi maior: foram 22 dias contra os 18 de fevereiro:

“É muito prematuro qualquer comentário sobre uma reação do mercado. Os números em geral, sejam os de vendas das nossas associadas como os do mercado total, ainda são preocupantes, quando comparados ao desempenho de 2014.

O primeiro trimestre de 2015 registrou queda de 21,8% nos emplacamentos das associadas de nossa entidade, em comparação ao mesmo período de 2014. A reação isolada de março reflete os quatro dias a mais de emplacamentos e, também, as ações de marketing que cada marca utilizou para atrair clientes e concretizar negócios”, declara o executivo.

A partir da consolidação de queda registrada no trimestre, a Abeifa mantém a previsão de um primeiro semestre conturbado, devido às influências macroeconômicas, como índice baixo da confiança do consumidor, alta das taxas de juros e câmbio mais volátil.

“Ainda não temos um sinal positivo de que a economia deverá melhorar no curto prazo, por isso trabalhamos com um cenário de retração em 2015”, complementa Visconde. A entidade espera que as vendas recuem algo como 10% em 2015

Veículos usados retomam crescimento no 1º trimestre

14/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Após registrar queda nas vendas no primeiro bimestre, o segmento de veículos usados volta a crescer: os negócios subiram 2,2% no acumulado dos três primeiros meses do ano quando comparados com igual período do ano passado, para 2,41 milhões de unidades, segundo dados divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações das concessionárias.

O segmento de leves salvou as vendas de usados no período, com alta de 2,54% na mesma base de comparação, para 2,33 milhões de unidades, sendo 2,03 milhões de automóveis e 299,6 mil comerciais leves, avanço de 2,2% e 4,4%, respectivamente.

Já o mercado de pesados, que inclui caminhões e ônibus, amargou queda de 6,5%, para um total de 82,8 mil unidades contra as 88,7 mil registradas no primeiro trimestre de 2014. As transferências de caminhões foram 5,7% menores neste trimestre, para 73,1 mil unidades, enquanto as de ônibus recuaram 12,5%, para 9,7 mil unidades.

No comparativo mensal, as vendas totais de usados indica recuperação: o volume transferido em março, de 876,1 mil veículos, entre leves e pesados, representou aumento expressivo de 21,6% sobre fevereiro, quando o setor registrou 720,2 mil unidades. Na comparação com março de 2014, houve incremento de 20,8%.

Ambos os segmentos – leves e pesados – encerraram o mês com resultados positivos, tanto na comparação com fevereiro quanto sobre março do ano passado.

Para Ilídio dos Santos, presidente da Fenauto, federação que reúne as associações das revendas independentes e que também compila os dados de usados, o resultado de março retoma o otimismo do setor:

“Os números de março são promissores e nos trazem a perspectivas de que o veículo seminovo, cada vez mais, vem se tornando uma excelente escolha para o consumidor que deseja adquirir um veículo com qualidade, com pouco tempo de uso e com um custo justo que caiba em seu orçamento. Sabemos que vivemos um momento, em nossa economia, em que o planejamento de gastos deve ser bem estudado e planejado para se obter o maior custo benefício na compra de um bem e o seminovo vem preenchendo essas exigências. Estimamos que cada vez mais ele estará presente no planejamento de compras dos consumidores”.

Volkswagen, Mercedes e Volvo dão folgas coletivas

14/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Em Curitiba, a Volvo colocará em banco de horas cerca de 1,5 mil trabalhadores do setor de caminhões entre 20 de abril e 4 de maio, aproveitando os dois feriados do período

A exemplo do que fez durante todo o primeiro trimestre, a indústria automobilística, que tem estoques para 46 dias de vendas, segue adotando medidas de corte de produção.

A **Volkswagen** vai parar todas as atividades da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) entre os dias 4 e 14 de maio, na sequência do feriado do dia do Trabalho. A empresa produz os modelos Gol, Voyage e, recentemente iniciou a montagem do Jetta.

Aproximadamente 13 mil trabalhadores das áreas de produção e administrativa entrarão em férias coletivas, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A empresa não comentou o assunto.

Na **Mercedes-Benz** – fabricante de caminhões e ônibus também em São Bernardo –, os quase 10,5 mil funcionários estão de folga hoje e amanhã, conforme informação do sindicato confirmada pela empresa.

Esse tipo de parada geral vem ocorrendo desde o ano passado na unidade, que também tem cerca de 750 trabalhadores em lay-off com volta prevista para o fim do mês. A montadora prorrogou para o dia 27 o fim de um programa de demissão voluntária (PDV) que deveria ter sido encerrado no início do mês. Na segunda e na terça-feira os trabalhadores ficarão em casa em razão do feriado de Tiradentes.

Em **Curitiba (PR)**, a **Volvo** colocará em banco de horas cerca de 1,5 mil trabalhadores do setor de caminhões entre 20 de abril e 4 de maio, aproveitando os dois feriados do período. No dia 6, um grupo de 1,7 mil funcionários retornou de férias coletivas de 20 dias.

A produção total de veículos teve queda de 16,2% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2014, para 663 mil veículos. Só para caminhões a queda foi de 49,3% (21,7 mil unidades).

Demissões

Neste ano, as montadoras já demitiram 3,6 mil trabalhadores. Em 12 meses, foram fechadas 14.660 vagas.

Já as vendas totais de veículos caíram 17%, para 674,3 mil unidades, enquanto para o segmento de caminhões isoladamente caiu 36,6%, para 19,3 mil unidades. Entre os motivos apontados pelos fabricantes estão a crise econômica, a falta de confiança dos consumidores e o crédito mais caro.

Ações de venda

Fábricas e revendas têm 360,3 mil veículos em estoque. No mês passado foram vendidas apenas 234,6 mil unidades. Para atrair clientes, as fabricantes lançam mão de várias promoções. A General Motors iniciou no fim de semana campanha de troca com troco.

O consumidor leva o carro usado para trocar por um novo e, dependendo das condições do veículo, pode sair da loja com R\$ 10 mil e usar a diferença para abater do valor do zero quilômetro. A marca oferece ainda juro zero no financiamento de vários modelos, com entrada de 60% do valor do bem.

Terceirizar, só com vantagens para todos

14/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Projeto de Lei 4.330/04 busca legislar sobre a terceirização, mas, apesar de finalmente se tentar regulamentar uma atividade muito utilizada no Brasil, o texto em tramitação traz diversos aspectos negativos que merecem a atenção de todos.

A terceirização tem como objetivo inicial dois pontos: fazer com que a empresa "gaste energia" em aspectos importantes de seu negócio e terceirize o que entende ser secundário; e diminuir o custo contratando uma empresa que sairia mais barata do que se os trabalhadores fossem seus empregados.

O grande problema é que a maioria dos empresários olha mais para o segundo aspecto do que para o primeiro, pois é este que afeta diretamente o faturamento de sua empresa.

Hoje os trabalhadores terceirizados têm a proteção apenas da IN 03/97 do MTE e da Súmula 331 do TST, sendo que o PL 4.330/04 traz previsões que contrariam o que já se pratica neste momento, sendo uma das mais graves a possibilidade de terceirização da atividade-fim da empresa.

Isso significa que poderemos ter pessoas jurídicas sem quase nenhum empregado, mas com centenas ou milhares de trabalhadores terceirizados executando as atividades para as quais a empresa foi criada. Imagine, por exemplo, a possibilidade de entrar em um banco e ver que todos dentro da agência são terceirizados, desde o segurança (que hoje já é terceirizado) ao gerente-geral.

O projeto de lei pretende legalizar o que há de pior. Se aprovado como está, será um imenso retrocesso para o Brasil

Este ponto apresenta um imenso problema, pois esses trabalhadores terceiros não terão os mesmos salários e benefícios que os empregados da empresa tomadora dos serviços. Pegando o exemplo acima, os terceirizados que trabalham dentro de um banco, ainda que façam atividades próprias de bancários, não terão os mesmos direitos que os bancários.

Podemos ver que a intenção não é a de buscar uma empresa com atividade especializada para dinamizar suas atividades; na verdade, procura-se diminuir os custos operacionais diminuindo o custo da folha de pagamento.

Outra péssima previsão é a possibilidade de se permitir sucessivas contratações do mesmo trabalhador por empresas distintas, ainda que para prestar serviços para o mesmo tomador – ou seja, a pessoa praticamente se torna um empregado fixo da tomadora, quase um “patrimônio” da empresa, mas com o detalhe de nunca fazer parte do seu quadro de empregados.

O problema é que essas práticas citadas já acontecem hoje, e o projeto de lei pretende legalizar o que há de pior. Se aprovado como está, será um imenso retrocesso para o Brasil, jogando no lixo o trabalho que fizeram o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e o Judiciário Trabalhista em tentar proteger diversos trabalhadores.

No começo de minha carreira jurídica, eu era a favor da ampla terceirização, até pela minha formação patronal. Mas, com o tempo, vi que muitas tomadoras faziam com que terceirizados fossem prejudicados. Mudei de opinião em relação à amplitude depois deste choque social que a profissão me deu.

Apoio a terceirização desde que ocorra a isonomia de salários com os praticados pela tomadora e que esta seja solidária pelos débitos da prestadora – estas seriam as melhores medidas a serem regulamentadas. Se existissem estas previsões, com certeza a terceirização somente seria praticada visando melhorar a competitividade da empresa, e os trabalhadores seriam realmente protegidos.

André Luiz de Oliveira Brandalise é advogado especialista em Direito Trabalhista Patronal.

Rumo à modernidade econômica

14/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Cansados de viver de prescrições ingênuas e escravos de uma geração que se vincula a uma anacrônica legislação do trabalho, enfim, novos scripts foram aprovados pelo texto-base do Projeto de Lei 4.330/04, que regulamenta os contratos de terceirização no setor privado e para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

A Câmara, no último dia 9 de abril, ambicionou atualizar o software jurídico sobre terceirização, conseguindo equilibrar direitos trabalhistas conquistados e fortalecimento de atividades econômicas. Conforme amplamente divulgado nos noticiários, foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e duas abstenções.

Todavia, devemos nos ater ao fato de que a atual formatação das leis trabalhistas ainda não se encontrava compatível com as necessidades das cadeias de produção global, entre outra evolução horizontalizada de operação e ampliação da eficiência econômica.

O grande mérito do projeto de lei é o fim da famigerada súmula 331 do TST. Os principais efeitos do referido projeto podem ser assim sistematizados: liberação e melhorias técnicas da legislação trabalhista, garantindo o livre desenvolvimento econômico, garantido no art. 170 da Constituição; redução dos custos e acessibilidade de serviços, promovendo a inserção de mais trabalhadores no mercado com as modificações propostas, e pela antecipação do recolhimento de tributos pela contratada, ampliando a possibilidade de fiscalização pelo contratante, se torna efetiva a ampliação das garantias trabalhistas dos terceirizados, bem como se torna mais transparente a relação de trabalho. Isso sem falar na possibilidade de modernização e combate à precarização atual das relações trabalhistas.

O grande mérito do projeto de lei aprovado na Câmara é o fim da famigerada súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A súmula em questão, absolutamente ultrapassada, afirma que, com exceção das atividades de segurança, limpeza e outras consideradas "atividades-meio" da empresa tomadora, qualquer contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal.

Com base nela, os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) de todo o país vinham emitindo as decisões mais retrógradas, criando um ambiente de profunda instabilidade jurídica nos contratos de trabalho e prestação de serviços.

Este comportamento antiquado, defendido pelos detratores da lei, entra na linha de pensamento do TST, contrapondo com a realidade em manter esse sistema que acarreta sobrepeso econômico, aumentando cada vez mais o custo Brasil.

Finalmente estamos vendo o nosso Congresso fazer história e colocando o Brasil no caminho da modernidade econômica. (Leandro Mello Frota, advogado, é diretor jurídico do Instituto Liberal).

Minério de ferro deve cair para US\$ 37 por tonelada no 2º semestre, prevê Citi

14/04/2015 - Fonte: Dow Jones Newswires

O preço do minério de ferro deve cair para US\$ 37 por tonelada no segundo semestre deste ano e se estabilizar em torno de US\$ 40 até o fim de 2018. Esta é a projeção do banco Citi, que publicou relatório sobre a commodity no domingo.

Na última sexta-feira, o minério de ferro fechou cotado a US\$ 47, queda de 1,0% ante o patamar de quinta-feira e recuo de 33,6% no acumulado do ano, de acordo com a referência do insumo com teor de concentração de 62%, negociado no porto de Tianjin, na China. Se a previsão do Citi se confirmar, o preço cairá mais 22,2%.

A principal causa para isso é o excesso de oferta, aponta o estudo. "Os planos de produção das quatro maiores mineradoras do mundo permanecem altos, com a Rio Tinto, a BHP Billiton e a Vale acelerando expansões", escreveu o analista Clarke Wilkins.

Outro problema apontado é tendência deflacionária global. A queda dos preços do diesel e do custo de frete reduzem os custos de produção, o que torna "cada vez mais resistentes" aqueles que permanecem no mercado

"Os movimentos cambiais também têm ajudado os produtores de minério de ferro, com as moedas de praticamente todos os exportadores tendo depreciações significativas frente ao dólar." Fonte: Dow Jones Newswires.

Contratos futuros de minério de ferro tocam mínima histórica na China

14/04/2015 - Fonte: Infomoney

Os contratos futuros de minério de ferro chegaram a cair quase 4 por cento nesta sexta-feira, atingindo uma mínima recorde, devido ao baixo interesse de compra no maior consumidor global em meio a um sentimento baixista do mercado.

As siderúrgicas na China, maior produtor de aço do mundo, compraram um mínimo de matéria-prima na expectativa de novas quedas nos preços, devido a demanda moderada de aço na China, expandindo o excesso de oferta.

"O mercado global é baixista e as usinas só estão comprando da mão para a boca", disse Li Wenjing, analista da Industrial Futures, em Xangai.

O minério de ferro para entrega em setembro na bolsa de Dalian fechou nesta sexta-feira cotado a 370 iunares, após tocar mínima na sessão de 368 iunares (59 dólares), seu nível mais baixo desde o lançamento do contrato, em outubro de 2013.

A produção média diária de grandes siderúrgicas da China caiu 2,2 por cento entre 21 e 31 de março, ante os 10 dias anteriores, configurando o terceiro período consecutivo de queda, segundo dados da indústria divulgados na quinta-feira. Os cortes de produção vão adicionar pressão sobre minério de ferro.

O índice de referência do minério de ferro, com 62 por cento de ferro, com entrega imediata na China, fechou com queda de 1 por cento, para 47,3 dólares por tonelada, nesta sexta-feira, de acordo com o Steel Index, perto de uma mínima histórica, de 46,70 dólares.

Para salvar mineradoras a Índia pode, também, cortar impostos sobre minério de ferro

14/04/2015 - Fonte: O Geólogo

Poucos dias atrás o Governo Chinês decidiu reduzir em 50% a carga tributária sobre os mineradores de minério de ferro. Esta decisão cria um novo desdobramento na guerra do minério de ferro que poderá neutralizar a estratégia das mineradoras Vale, BHP e Rio Tinto que estão inundando o mercado para matar a concorrência.

A decisão da China mostra uma política governamental voltada para a proteção das empresas chinesas ameaçadas de insolvência. A mesma sensibilidade está sendo, agora, demonstrada pelo Governo da Índia que pode também cortar as taxas e impostos que incidem sobre a produção e exportação de minério de ferro.

Há apenas três anos atrás a Índia era a terceira maior produtora de minério de ferro do mundo. Graças a baixa qualidade do minério de ferro e das operações indianas o Governo decidiu paralisar as minas das principais regiões produtoras: Goa e Karnataka.

Mais ainda, o governo da Índia criou impostos elevadíssimos, de 30% sobre o minério de ferro exportado. Consequentemente bem antes da queda dos preços de hoje a mineração de minério de ferro indiana já havia sucumbido. Neste caso graças a uma política governamental mal estruturada.

No momento, com a queda dos preços que agrava o cenário, qualquer sonho de ressuscitar a mineração indiana parece absolutamente irreal. Mas, se os rumores vindos da Índia são verdadeiros, tudo pode mudar, para melhor.

Recentemente o Governo Indiano, preocupado com a população de Goa e Karnataka, cuja economia foi arrasada pela paralisação das minas, pode virar a mesa e, na última hora, salvar a mineração de minério de ferro.

Para que isso ocorra ele terá que cortar os impostos e possivelmente zerar a taxa de 30% sobre o minério exportado.

Esta é a única estratégia que poderá fazer com que os mineradores voltem a ter lucros na exportação de minério indiano de baixa qualidade para a China. O que vemos na China e na Índia pode, eventualmente, se alastrar para a Austrália o país cuja economia está mais sofrendo com a queda dos preços do minério de ferro.

Recentemente o CEO da Fortescue e alguns políticos australianos já se manifestaram incisivamente contra o trio minerador que ameaça o mercado.

Austrália: impostos não devem subir para compensar queda do minério, diz Tesouro

14/04/2015 - Fonte: O Estado de Minas

O secretário do Tesouro da Austrália, Joe Hockey, disse nesta segunda-feira que os baixos preços do minério de ferro têm cortado bilhões de dólares das previsões de receita do governo, mas ele não acredita ser necessário subir os impostos para cobrir esse déficit.

Hockey estimou que a cada queda de US\$ 10 nos preços na tonelada do minério de ferro - as exportações mais lucrativas da Austrália - as receitas destinadas ao Tesouro cedem cerca de US\$ 2,5 bilhões.

"Não há dúvida que houve um impacto no nosso orçamento porque o minério de ferro é a nossa maior exportação", disse Hockey à emissora de TV Australian Broadcasting Corporation. "Mas nós não vamos criar novos impostos para recuperar as perdas da receita."

Os preços do minério de ferro começaram a cair quando o premiê conservador Tony Abbott assumiu o poder na Austrália, em setembro de 2013. Eles recuaram do patamar de US\$ 100 a tonelada para menos de US\$ 48 a tonelada na semana passada, pressionados por dados fracos de demanda e produção da indústria da China.

Hockey sinalizou em sua fala que a projeção do orçamento para o ano fiscal que começa em 1º de julho deve incluir a expectativa de um superávit orçamentário. O orçamento do governo será apresentado em 12 de maio.

Aumenta o risco de corte de Rating

14/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Vale pode ter sua nota de crédito cortada dentro das próximas duas a três semanas. O alerta foi dado ontem pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), que colocou o rating da companhia em observação com viés negativo, para possível rebaixamento, por conta da queda dos preços do minério de ferro.

Por enquanto, a nota foi mantida em "BBB+", mas a instituição se junta a outros agentes do mercado que passaram a se preocupar mais com as mineradoras depois do enfraquecimento do mercado. Ontem, Standard & Poor's, UBS e Citi reduziram projeções para o minério nos próximos anos.

O Citi se tornou o mais pessimista para o insumo dentre todos os consultados pelo Valor, com perspectiva de US\$ 45 por tonelada para 2015 e US\$ 40 a tonelada no ano que vem.

Em relatório intitulado "o fim da era do ferro", a equipe de analistas da instituição diz que serão "de um a dois anos bem difíceis para o setor, até que a sobreoferta seja equilibrada [com a demanda]". A Standard & Poor's informou no alerta que os preços do minério devem ficar em US\$ 45 por tonelada, em média, até o fim deste ano.

Para 2016, a previsão é de US\$ 65. Na opinião da agência, o desequilíbrio no mercado provavelmente vai se manter durante os próximos dois anos. "Projetamos uma melhora apenas modesta nos preços até 2017, já que levará um bom tempo para as produtoras reduzirem capacidade", diz a agência. Junto com Vale, foram colocadas em observação várias mineradoras, dentre elas a Rio Tinto, a BHP Billiton e a Forstecue Metals Group.

Procurada, a brasileira ressaltou que todas as grandes também terão a perspectiva analisada nas próximas semanas e que não fará comentários adicionais sobre o assunto. A agência de risco espera uma posição das empresas sobre como conseguirão sustentar seu fluxo de caixa nesse ambiente deteriorado.

Já o UBS reduziu em 14% a estimativa para 2015, agora em US\$ 51 por tonelada, e diminuiu em 18% a perspectiva para 2016, fixada em US\$ 48. A projeção de longo prazo é de US\$ 55 por tonelada. Outra agência de rating, a Moody's, previa em fevereiro um nível de preços entre US\$ 65 e US\$ 75 durante o ano que vem. No total, o Valor levantou 15 projeções para o minério em 2015 e a média é de US\$ 54 por tonelada.

Na semana passada, a Fitch havia alertado para uma possível quebra de cláusulas restritivas de dívida da Vale no caso de o minério continuar desvalorizado por muito tempo.

Nas contas da agência, caso o preço médio seja menor do que US\$ 50 por tonelada, é possível que os chamados "covenants" sejam estourados para obrigações de US\$ 7,7 bilhões. Mas o problema seria pequeno, já que 66% do valor está nas mãos do BNDES.

Ontem, o minério negociado no porto de Tianjin, na China, subiu 3,2%, para US\$ 48,80 a tonelada. Enquanto isso, as ações ordinárias da Vale fecharam em R\$ 18,24, recuo de 0,97%, enquanto as preferenciais de classe A perderam 1,56%, para R\$ 15,12.

Para a Standard & Poor's, a queda do minério é influenciada também pela queda do custo de produção e a desvalorização das moedas das principais produtoras ante o dólar. Parte dessa piora tem relação com a própria Vale, que vai inundar o mercado com nova oferta da commodity com o projeto S11D, de Carajás (PA).

Ontem, o Deutsche Bank advogou em causa da companhia, lembrando que o projeto é muito interessante economicamente para ser postergado ou paralisado. O banco calcula que, mesmo com o minério a US\$ 45 a tonelada → cotação que ainda não foi atingida nos últimos anos →, a taxa interna de retorno de S11D seria de 10%.

Brasil tem carga tributária 'leve' para ricos, diz estudo

14/04/2015 - Fonte: BBC Brasil

Um levantamento de uma associação internacional de consultorias indicou que o Brasil tem uma carga tributária considerada leve para as classes mais altas.

Segundo a rede UHY, com sede em Londres, um profissional no Brasil que recebe até US\$ 25 mil por ano – cerca de R\$ 3.300 por mês – leva, após o pagamento de imposto de renda e previdência, 84% do seu salário para casa.

Já os profissionais que recebem US\$ 200 mil por ano – cerca de R\$ 26.600 por mês – recebem no final cerca de 74% de seu pagamento.

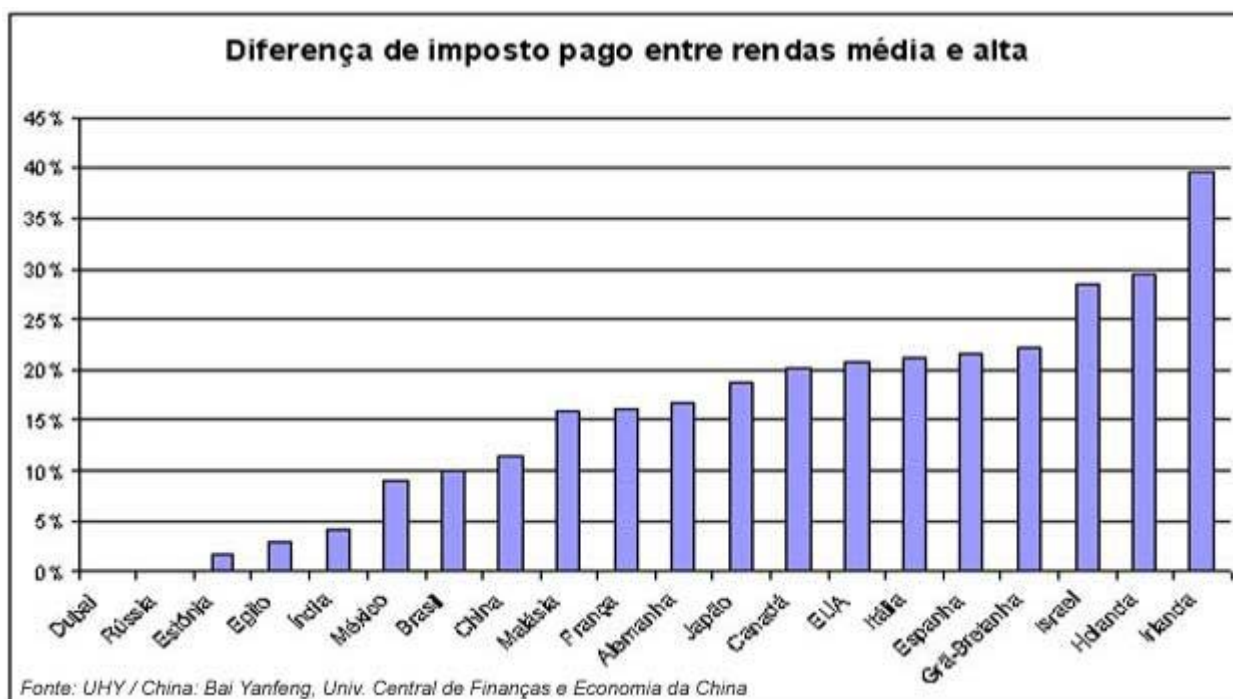
Entre 20 países pesquisados pela UHY, essa diferença de cerca de 10 pontos percentuais é uma das menores.

Na Holanda, onde um profissional na faixa mais baixa recebe um valor líquido semelhante ao do Brasil após os impostos e encargos (84,3%), os mais ricos levam para casa menos de 55% do salário.

A lógica também se aplica a todos os países do G7, o grupo de países mais industrializados do mundo (EUA, Canadá, Japão, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália).

Nos EUA, enquanto os mais ricos levam para casa 70% do salário, os profissionais na faixa dos US\$ 25 mil anuais deixam apenas um décimo da renda para o governo e a previdência.

Tributação 'esdrúxula'



O representante da UHY no Brasil, o superintendente da UHY Moreira Auditores, Paulo Moreira, disse que a pesquisa revela o caráter "esdrúxulo" da carga tributária brasileira. Com grande parte dos impostos sendo coletada de forma indireta, a carga tributária brasileira total supera a tributação à pessoa física, e é estimada em 41%.

Como esses tributos circulam embutidos nas mercadorias e serviços consumidos pelos contribuintes, aplicam-se de forma igual a ricos e pobres, explica.

Para Moreira, entretanto, essa suposta "justiça" tributária é ilusória, porque as classes mais altas têm formas de evitar o pagamento de impostos sobre consumo fazendo compras no exterior ou recorrendo a outros artigos de consumo.

“Se o sujeito ganha R\$ 3 mil, a renda dele tem de ser praticamente consumida em bens de consumo geral: sabonete, comida, arroz, roupas, gasolina, as coisas que são de grande consumo e que são taxadas com mais rigor”, explica o especialista.

Salários líquidos / Países selecionados

Salário bruto: US\$ 200 mil/ ano

Itália	\$108.189	54%
Holanda	\$109.417	55%
Irlanda	\$111.905	56%
Alemanha	\$111.953	56%
França	\$117.519	59%
China	\$117.897	59%
Grã-Bretanha	\$121.819	61%
Canadá	\$129.340	65%
Malaysia	\$137.128	69%
EUA	\$139.709	70%
Índia	\$141.163	71%
Japão	\$144.083	72%
México	\$146.377	73%
Brasil	\$148.088	74%
Estônia	\$152.515	76%
Egito	\$160.847	80%
Rússia	\$174.000	87%
Dubai	\$200.000	100%

Fonte: Membros da UHY / Bai Yanfeng, Univ. Central de Finanças e Economia da China

Quem tem uma renda alta, após um primeiro momento dos bens de consumo geral, passa a ter consumos mais sofisticados, produtos menos taxados, obras de artes, enfim, artigos de difícil controle na tributação.”

O porta-voz da UHY diz que outro fator que contribui para fazer do Brasil um país pouco equânime no quesito tributário é o teto aplicado à contribuição previdenciária.

O imposto de 11% sobre o salário é aplicado somente até o valor de R\$ 3.038,99, o que quer dizer que trabalhadores que ganham acima disso têm uma fatia maior do seu salário livre de descontos que os que ganham dentro da faixa.

Atração de mão-de-obra

Entretanto, como lembra o UHY, o imposto sobre a renda pessoal é um dos instrumentos utilizados pelos países, sobretudo emergentes, para atrair mão-de-obra qualificada.

Dubai e a Rússia, por exemplo, são os dois países com menor nível de tributação e não fazem nenhuma diferenciação entre a taxa aplicada sobre a renda dos profissionais em qualquer das duas faixas analisadas.

Enquanto um profissional na Rússia leva 87% do seu salário após os impostos e encargos – independentemente da faixa de salário –, Dubai tem alardeado seu regime de “imposto zero como um dos maiores atrativos de se trabalhar no emirado.

Depois destes países, as primeiras posições entre as nações com carga tributária mais leve para as classes privilegiadas são todas ocupadas por emergentes, como Egito, Estônia, Brasil e México.

Além disso, todos os países emergentes da pesquisa diferenciam relativamente pouco entre profissionais de renda alta e mais baixa.

"As companhias olham para o nível de tributação sobre a pessoa física para decidir onde investir", disse o sócio da UHY Hacker Young, o britânico Mark Giddens.

Se a taxação for muito alta, elas podem ter dificuldades em atrair talentos."

Paulo Moreira diz que o Brasil não é exceção a esta regra, e que a tributação leve para as classes mais altas é um fator favorável na atração do talento.

"Essa é uma escolha dura: ou se facilita a vida dos menos qualificados (que ganham menos) ou a vida dos mais qualificados", raciocina.

O argumento é que mais qualificados trarão tecnologia e conhecimento, e que tecnologia e esse conhecimento, por sua vez, trarão condições de melhorar também os menos qualificados.

Salários líquidos / Países selecionados

Salário bruto: US\$ 25 mil / ano

China	\$17.635	71%
Alemanha	\$18.149	73%
Índia	\$18.663	75%
França	\$18.750	75%
Itália	\$18.800	75%
Holanda	\$21.087	84%
Rússia	\$21.750	87%
EUA	\$22.660	91%
Japão	\$22.704	91%
Irlanda	\$23.937	96%
Dubai	\$25.000	100%

Fonte: Membros da UHY / Bai Yanfeng, Univ. Central de Finanças e Economia da China

IBRE-FGV vê índice acima do centro da meta definida pelo BC até 2017

14/04/2015 - Fonte: BBC Brasil

Para os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre→FGV) o índice oficial de inflação não deve cumprir a meta até 2017. Na avaliação dos economistas do Ibre, o IPCA será pressionado pelo câmbio ao longo do ano e pode terminar 2015 em alta de até 8,6%.

"É preciso um choque de expectativa, ou uma valorização cambial que não está no horizonte, para o índice ficar na meta de 4,5%", afirmou a economista Silvia Matos.

Para este ano, no entanto, o principal impacto deverá ser mesmo o reajuste dos preços monitorados: "O realismo tarifário explica bastante dessa recente revisão dos indicadores", afirmou Salomão Quadros, responsável pelos índices de preços da FGV.

Segundo a análise do Ibre, o aumento da fragilidade do mercado interno deverá impedir a recuperação da economia brasileira no curto prazo: há uma contração dos investimentos e um freio do consumo das famílias.

O PIB, segundo Silvia, deve fechar o ano em queda de 1,2%. Para o economista Aloisio Campelo, "não há nenhum sinal de recuperação, o que tende a ter uma retroalimentação na desaceleração da economia".

Os economistas projetam redução da renda familiar de 0,6% em 2015 e também estimam que a taxa de desemprego calculada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que mede o mercado de trabalho nas grandes cidades, será de 6,2%. Medida pela Pnad Contínua, a taxa ficará em 7,7%.

Para o economista Samuel Pessôa, "do ponto de vista doméstico há enorme dificuldade da recuperação da economia". "Apesar de todo esse cenário complicado, a gente não resolveu a inflação, a gente não resolveu o ajuste fiscal", afirmou Armando Castellar. "O ajuste externo ainda não está acontecendo.

Talvez o cenário, que já é complicado, tenha que ser ainda mais complicado", completou o economista da FGV. "Outra característica importante do mundo moderno é o fortalecimento do dólar", afirmou José Julio Senna durante o seminário. "E os ciclos tendem a ser longos, esse aqui ainda é o começo de uma tendência de alta.

É muito pouco provável que a gente esteja no final de um ciclo", avaliou. Para o grupo do Ibre, a moeda americana deve subir para R\$ 3,40. Na avaliação do especialista, "há um desequilíbrio na recuperação econômica, os Estados Unidos estão mais fortes que o restante do mundo, e isso deve persistir", afirmou Senna. Durante o seminário realizado na sede da FGV, os economistas do Ibre também indicaram que o superávit este ano deve chegar a 0,7% do PIB, abaixo da perspectiva para 2016, que é de 1,2%.

Silvia Matos, no entanto, fez um alerta: "Sem crescimento, realmente é muito difícil ampliar o superávit". A economista acredita que o prejuízo nas transações comerciais será menor este ano.